



TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - TAESA
CNPJ nº 07.859.971/0001-30
taesa.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Administração da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA ("Taesa" ou "Companhia") - Bovespa: TAEE11, um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, submete à apreciação de V.Sas., o seu Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Mensagem da Administração

NOVA GESTÃO, CRESCIMENTO E SUSTENTABILIDADE
Com a nova Diretoria da TAESA definida e empossada ao fim de 2020, a Companhia aprovou logo no início de 2021 o seu planejamento estratégico de longo prazo, orientando as suas ações para o ano, o que já resultou em melhorias na área de segurança e de desempenho operacional, otimizando custos e aumentando a eficiência, definindo um alinhamento estratégico e a execução da agenda de sustentabilidade e permitiu um melhor posicionamento da TAESA no setor de transmissão, conforme observado no resultado dos dois leilões de transmissão de 2021.
No âmbito do resultado regulatório, o ano foi afetado positivamente por dois eventos: o novo ciclo da Receita Anual Permissita (RAP) 2021-2022 que se iniciou em 1º de julho e a entrada em operação de Janaúba em 1º de setembro, o maior empreendimento greenfield da Companhia até agora, antecipando sua entrega em quase 6 meses e adicionando o valor de R\$ 213,6 MM de RAP para a TAESA. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 37% e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 8%. Assim, a RAP operacional das concessões do Grupo TAESA no novo ciclo 2021-2022 totalizou R\$ 2,9 bilhões, 32,5% maior que a RAP operacional do ciclo anterior, já contemplando a redução de 50% da RAP das concessões de categoria I que sofreram esse efeito no novo ciclo. A Companhia registrou, portanto, uma receita operacional líquida regulatória de R\$ 1,9 bilhões em 2021, apresentando um crescimento anual de 20,5%. Conseqüentemente, o EBITDA regulatório totalizou R\$ 1,5 bilhão no ano, registrando um aumento de 22,8% contra 2020. Já a margem EBITDA ficou em 82,5% em 2021, 1,6 ponto percentual maior que o ano anterior.
No resultado em IFRS, o lucro líquido de 2021 totalizou R\$ 2,2 bilhões, registrando uma redução em função basicamente dos menores investimentos nos empreendimentos em construção, uma vez que estão na sua fase final de conclusão, e de maiores despesas financeiras líquidas, resultado da alta do IPCA e do CDI e do aumento da alavancagem.
Com base nesse resultado, o Conselho de Administração aprovou hoje a proposta de destinação do lucro de 2021, que inclui a distribuição de dividendos de R\$ 800,3 MM (R\$ 2,32 / Unit) que ainda deverá ser submetida à aprovação da Assembleia de Acionistas. Sendo aprovado, o dividendo payout será de 80,3% do lucro líquido - e de 99,1%, excluindo os efeitos do CPC 47 - e uma distribuição total de R\$ 2,50 / Unit referente ao exercício social de 2021.

Vale destacar que, em 29 de dezembro, a Companhia pagou o dividendo por R\$ 523 MM entre dividendos e JCP, totalizando R\$ 1,6 bilhão de proventos pagos no ano, volume 40,3% superior ao montante pago em 2020 e equivalente a R\$ 4,50 / Unit, registrando um dividend yield de 12,4% para o fechamento de 2021.

No âmbito operacional, a TAESA manteve seu patamar de excelência operacional registrando em 2021 um índice de disponibilidade dos ativos de transmissão de 99,86% e uma Parcela Variável de R\$ 20,8 MM, equivalente a 1,02% em relação à RAP do ano. Esse resultado demonstra a capacidade de execução e eficiência na operação e manutenção dos ativos de transmissão da Companhia, um dos principais pilares estratégicos da TAESA.

Em 17 de dezembro, a TAESA se sagrou vencedora na disputa pelo lote 1, o maior do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2021, situado entre os estados de São Paulo e Paraná, extensão de 363 km em circuito duplo e um investimento previsto de R\$ 1,75 bilhão (Capex ANEEL). O novo empreendimento, chamado de Ananai, terá um prazo regulatório de 60 meses para conclusão e acrescentará para a Companhia uma RAP de R\$ 129,5 MM a partir da sua entrada em operação.
Na agenda de sustentabilidade, a Companhia avançou em diversas ações. Iniciamos em fevereiro de 2021 os trabalhos do Sistema de Gestão Integrado (SGTI), cujo objetivo é certificar a Companhia em 4 Normas ISO (9001, 14001, 45001 e 55001). Ainda em fevereiro, a TAESA se tornou signatária do Empoderamento da ONU Mulheres e se associou ao Movimento Empresarial pelo Desenvolvimento Econômico da Mulher, conhecido por +Mulher360. O novo Instituto de Mulheres, formado por colaboradores da Companhia e representantes das diversas classes, que trabalham para criar um ambiente diverso e inclusivo dentro da empresa. São quase 100 ações mapeadas e muitas executadas, como as turmas de Formação de Mulheres Eletricitistas e Capacitação de Pessoas com Deficiência. O plano estratégico de longo prazo aprovado em março tem cinco pilares, dentre os quais, o Pilar Fundamental da Sustentabilidade.
Em maio, concluímos a 10ª entrega de debêntures da TAESA e a 2ª série obteve a certificação "verde" com base nos diretrizes do Green Bond Principles. Nesse mesmo mês, publicamos o primeiro Relatório de Sustentabilidade da Companhia no padrão GRI e em conformidade com os princípios do Pacto Global e Agenda 2030, e seu Inventário de Gases de Efeito Estufa conforme GHG Protocol, ambos na referência de 2020. Realizamos diversos treinamentos e horas de conscientização, como, por exemplo, "Combate à Violência Doméstica contra a Mulher", "Ética: a Marca das Relações Humanas" e "Diversidade e Inclusão" e lançamos um eBook sobre os pilares da diversidade. Implementamos o Programa de Gestão de Continuidade de Negócios, cujo objetivo é aumentar a resiliência operacional da TAESA e, consequentemente, sua sustentabilidade.
Em setembro, conquistamos uma nova Certificação GPTW, com indicadores de favorabilidade e de clima ainda melhores que nos anos anteriores.

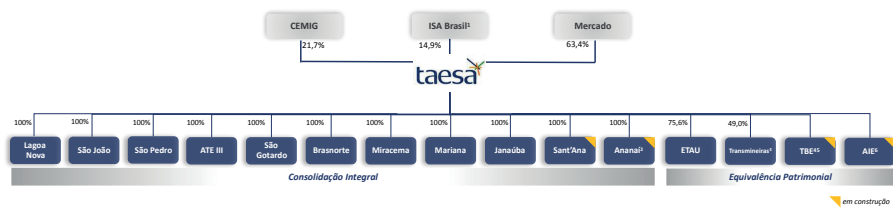
Em maio, concluímos a 10ª entrega de debêntures da TAESA e a 2ª série obteve a certificação "verde" com base nos diretrizes do Green Bond Principles. Nesse mesmo mês, publicamos o primeiro Relatório de Sustentabilidade da Companhia no padrão GRI e em conformidade com os princípios do Pacto Global e Agenda 2030, e seu Inventário de Gases de Efeito Estufa conforme GHG Protocol, ambos na referência de 2020. Realizamos diversos treinamentos e horas de conscientização, como, por exemplo, "Combate à Violência Doméstica contra a Mulher", "Ética: a Marca das Relações Humanas" e "Diversidade e Inclusão" e lançamos um eBook sobre os pilares da diversidade. Implementamos o Programa de Gestão de Continuidade de Negócios, cujo objetivo é aumentar a resiliência operacional da TAESA e, consequentemente, sua sustentabilidade.
Em setembro, conquistamos uma nova Certificação GPTW, com indicadores de favorabilidade e de clima ainda melhores que nos anos anteriores.
No âmbito de Segurança, a TAESA iniciou em 2021 o Programa Segurança 100% com o objetivo de fortalecer a cultura de segurança na prática, dando mais voz e participação à toda a Companhia. Colocou em prática, de forma estratégica, um conjunto de projetos, ações e iniciativas visando a melhoria do desempenho de segurança da empresa e o fortalecimento da segurança como valor em cada um de seus colaboradores e parceiros. Entre as ações, destacamos a implantação do Comitê de Segurança, em abril, a criação do Selo de Segurança TAESA, em outubro, a aquisição de um sistema de monitoramento por câmeras direcionadas às atividades operacionais e o desenvolvimento do aplicativo "Observação de Segurança", ambos em dezembro.
A TAESA encerrou o ano com a sua Unit (TAEE11) integrada aos carteiros do Índice Carbono Eficiente (ICOE) e do índice IGPW da B3 para o ano de 2022. A adesão ao ICOE demonstra o comprometimento das empresas com a transparência nas emissões de gases de efeito estufa e a transição para uma economia de baixo carbono. O IGPW é o mais novo índice da B3 que acompanha as empresas certificadas pelo Great Place To Work, sendo o primeiro índice GPTW no mundo abrangendo um novo vies ESG para o mercado brasileiro.

Por fim, cabe destacar a realização do primeiro Investor Day, totalmente virtual e ao vivo, com mais de 4 horas de conteúdo. O evento, voltado para o investidor pessoa física, contou com a participação de diversos colaboradores para a apresentação do seu negócio de maneira didática e interativa em salas de workshops, além da participação de influenciadores digitais em uma dinâmica de bate-papo e uma conversa com um economista para falar de inflação, tema importante para o negócio de transmissão. Esse evento diferenciado e participativo foi pensado dentro do contexto de democratização do mercado de capitais e aumento do investimento de menor porte na Bolsa de Valores, que naturalmente afetou a base acionária da TAESA, a qual cresceu 50% em quantidade de acionistas em 2021 e, atualmente, encontra-se entre os 10 países brasileiros com mais investidores pessoa física da B3.
Diante das realizações e conquistas do ano que passou, a TAESA reforça seu posicionamento estratégico como uma das maiores empresas de transmissão de energia elétrica do País e seu foco nos pilares estratégicos de crescimento sustentável, geração de valor, disciplina financeira e eficiência operacional, ratificando o compromisso de transmitir energia com confiabilidade, transparência e segurança para toda a sociedade e respeitando o meio ambiente e todos os stakeholders.

A COMPANHIA

A TAESA é uma concessionária de transmissão de energia, cujo objetivo é realizar serviços de operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica no Brasil e outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica. É um dos maiores grupos privados de transmissão de energia elétrica do Brasil em termos de Receita Anual Permissita (RAP), com 11.885 km de linhas de transmissão em operação e 2.229 km em construção, totalizando 14.014 km de extensão. Possui ativos em 100 subestações com nível de tensão entre 230 e 525 kV e um centro de operação e controle localizado em Brasília.
A Taesa detém participação em quarenta concessões de transmissão de energia elétrica em holding (ISN, NYT, ETEO, GTESA, PARESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II), onze controladas (ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Brasnorte, Sant'ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova e Ananai), quatro controladas em conjunto (ETAU, Paraguaçu, Aimeré e Val) e quinze coligadas, sendo (i) de debêntures "Grupo TBE", que é composto por quatro coligadas diretas (EATE, ENTE, ETEP e ECTE), cinco coligadas indiretas (CSF, ESDS, Lumitrans, ETSE e ATE) e três coligadas com participação direta e indireta (EDITE, EDTE e ERTE), e (ii) três denominadas "Transmissoras" (Transdesute, Transieste e Transirap) com participações direta e indireta.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E LOCALIZAÇÃO DAS CONCESSÕES



1 ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.
2 Anual correspondente a Lote 1 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2021. Atualmente, o processo se encontra em curso e aguardando a homologação e adjudicação do empreendimento, prevista para ocorrer até o dia 22/02/2022. Após esta etapa, o empreendimento será assumido formalmente pela Companhia em 31/03/2022, quando o contrato de concessão será assinado.

3 Transmissoras é um conjunto de participações da Taesa em 3 concessões: Transirap4 (54,0%), Transieste (54,0%) e Transdesute (54,0%).
4 TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultante da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar.
5 ETSE é a única concessão do grupo TBE que está em construção.
6 AIE - Aliança Interligação Elétrica é um grupo econômico da parceria das empresas TAESA e ISA CTEEP, atualmente responsável por implantar 3 novos empreendimentos.



MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão: Transmitir energia elétrica com excelência, de forma contínua e eficiente, garantindo rentabilidade e sustentabilidade.
Visão: Ser a transmissora de energia elétrica do setor privado brasileiro com maior valor de mercado, alcançando essa meta por meio da efetivação de um crescimento sustentável e com excelência no quesito eficiência operacional.
Valores: Transparência, comportamento ético e respeito, segurança, foco no resultado, sustentabilidade, espírito de excelência, promover crescimento das pessoas, vencer como equipe, comprometimento e inovação.

CÓDIGOS E POLÍTICAS

Os códigos e políticas corporativas adotados pela Taesa expressam seus valores e sua cultura organizacional, balizando a condução dos negócios, bem como a relação com os diferentes públicos com os quais a Companhia interage. Essas documentos são desenvolvidos, revisados e atualizados periodicamente, a fim de assegurar sua compatibilidade com os cenários externo e interno.
A Taesa dispõe de um canal de denúncias externo, operado por uma empresa independente, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana, com a opção de anonimato e a garantia da confidencialidade das informações e da não retaliação ao denunciante de boa-fé, possibilitando a todos os empregados e público externo a realização de denúncias relacionadas aos temas tratados no Código de Conduta Ética e Compliance e demais políticas do Programa de Integridade. O canal está disponível no intranet, no site institucional e no de relação com investidores e as denúncias realizadas são apuradas e respondidas pela Comissão de Ética da Taesa em até 30 dias.

QUALIDADE

As concessionárias do Grupo Taesa, respaldadas pela Alta Direção e por seus empregados, manifestam seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais a organização e o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica, formalizadas pelas seguintes linhas estratégicas:
✓ Gestão corporativa desafiadora e ética, com foco no cliente e resultados;
✓ Atendimento dos requisitos regulatórios do setor, devidamente alinhado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;
✓ Conscientização do público interno quanto ao Sistema de Gestão da Qualidade Cumprimento das Normas de Segurança;
✓ Aperfeiçoamento da qualidade nos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão e subestações;
✓ Incentivo à capacitação e aprimoramento de conhecimento de seus colaboradores.

SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A sustentabilidade é considerada um valor para a TAESA sendo um dos pilares estratégicos que está integrada na estratégia e decisões de negócios. Desta forma, a TAESA garante rentabilidade através do crescimento sustentável, com disciplina financeira e eficiência operacional e reforça o valor partilhado com a sociedade, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, atento às necessidades das gerações futuras.
Em linha com o nosso objetivo de ser uma empresa referência em sustentabilidade no setor de Transmissão Elétrica no Brasil, em 2019 iniciamos o PROJETO DE SUSTENTABILIDADE, com o objetivo de criar iniciativas de melhoria contínua e inovação, além de aprimorar os balanços socioambientais. Tornamo-nos signatários do Pacto Global, contribuindo para a agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
Destacamos os compromissos ESG:

- Metas de redução no consumo de combustíveis fósseis na frota: Alinhada a agenda do Clima e considerando os resultados observados no Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), ao fim de 2020 foi apresentada e aprovada pela Diretoria a proposta pela redução do consumo de gasolina na frota fixa da Companhia, substituindo-a por etanol. O novo compromisso tem o objetivo de otimizar o consumo de recursos naturais (econômica) e atuar de forma responsável, reduzindo o volume de emissões que contribuem para as mudanças climáticas.
- Inventário de Gases de Efeito Estufa: Elaboração do Inventário conforme Greenhouse Gas Protocol - GHG Protocol, identificando as fontes de emissão, contabilizando consumos e emissões. O inventário é uma ferramenta fundamental por nos permitir identificar quais processos e insumos precisam trabalhar a redução/mitigação das emissões, identificar necessidades de adaptação ao cenário climático atual e projetado, e avaliar medidas de compensação.
- Avaliação do relatório socioambiental com base nas práticas da Global Reporting Initiative: A TAESA publicou seu primeiro relatório de Sustentabilidade de acordo com o GRI, fato que substabelece seu padrão de reporte o que aprimora a análise de stakeholders acerca de suas atividades e iniciativas socioambientais.
- Criação do Programa de Diversidade: Idealizado ao longo de 2020, o Programa de Diversidade e Inclusão teve início em 2021, pautado nos princípios éticos da empresa. O objetivo maior da iniciativa é estabelecer diretrizes para o respeito e valorização das diferenças, sejam elas culturais, sociais, religiosas, étnicas etc. A combinação de diferentes perspectivas colabora para a resolução de problemas, promove a inovação, aumenta o engajamento e contribui para a sustentabilidade e para a sociedade como um todo. Em 2021, foi aprovada a Política de Diversidade, a qual aplica-se a todos os empregados da TAESA e demais controladas.
- Certificação Great Place to Work: A Companhia tem a convicção de que as pessoas são o maior patrimônio da TAESA. A Companhia foi reconhecida com a premiação em 1º Lugar no Destaque GPTW Energia 2021 - Corte, Geração, Distribuição e Transmissão de energia elétrica. Atualmente, a Companhia aplica a pesquisa de clima organizacional em parceria com a GPTW para medir o nível de engajamento e satisfação das equipes. No ano passado, alcançou 94 pontos na pesquisa, conquistando a certificação de "Melhor Empresa para Trabalhar" e reforçando sua posição como uma referência no setor.
- Assinatura do Pacto Global da ONU: comprometimento-se com a Agenda 2030 referente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Desde 2019, a TAESA é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa que promove o diálogo entre empresas, corporações e regiões da ONU sobre políticas de sustentabilidade social e ambiental. Atualmente, o Pacto é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 13 mil membros espalhados por 160 países. A ideia central do Pacto Global é fomentar a dimensão social da globalização. Para tal, a iniciativa busca o engajamento da comunidade empresarial internacional em dez princípios relacionados a Direitos Humanos, trabalho decente, meio ambiente e combate à corrupção.
- Igualdade de Gênero: um compromisso de todos nós. Desde de 2021, a TAESA aderiu o "Women's Empowerment Principles (WEP)", conhecidos como os 7 princípios do empoderamento feminino, uma iniciativa do pacto ONU mulheres. Tornar-se signatária do movimento reforça a importância e o compromisso da TAESA em apoiar e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres no local de trabalho, mercado e comunidade. Os 7 princípios são: Liderança corporativa de alto nível; tratar todas as mulheres e homens no trabalho com justiça e sem discriminação; Saúde e bem estar e segurança do funcionário; Educação e treinamento para progressão na carreira; Desenvolvimento empresarial; Cadeia de suprimentos e práticas de marketing; Iniciativas comunitárias e defesa; Medição e relatório.

Como resultado dos avanços na agenda de sustentabilidade e alinhadas ao planejamento estratégico da companhia, a TAESA passou a integrar as carteiros do Índice Carbono Eficiente ("ICOE") demonstrando o comprometimento com a transparência de suas emissões e antecipa a visão de como estão se preparando para uma economia de baixo carbono; e do índice IGPW ("IGPW") que acompanha as empresas certificadas por melhores práticas de sustentabilidade e inovação ("GPTW") da Taesa, regulado pela ANEEL, tem como objetivo desenvolver soluções que contribuam com o aprimoramento tecnológico nacional, por meio de relevantes ganhos técnico-científicos que, por sua vez, aperfeiçoam a segurança, qualidade e eficiência de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica. O programa fomenta a busca por inovação pelas empresas de energia elétrica e incentiva o contínuo levantamento de oportunidades frente aos desafios tecnológicos do setor.

Neste contexto, as empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica devem aplicar anualmente um percentual mínimo de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento.

O Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação ("P&D") da Taesa, regulado pela ANEEL, tem como objetivo desenvolver soluções que contribuam com o aprimoramento tecnológico nacional, por meio de relevantes ganhos técnico-científicos que, por sua vez, aperfeiçoam a segurança, qualidade e eficiência de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica. O programa fomenta a busca por inovação pelas empresas de energia elétrica e incentiva o contínuo levantamento de oportunidades frente aos desafios tecnológicos do setor.

Neste contexto, as empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica devem aplicar anualmente um percentual mínimo de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento.

A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e nos contratos de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. A Companhia atua em consonância à regulamentação do Programa e em parceria com diversas instituições de base tecnológica. No ano de 2021, executou 15 projetos e encerrou os descritos abaixo:

Código ANEEL	Nome do projeto	Resultado esperado	Investimentos Realizados até 31/12/2021
PD-07130-0045/2016	Diagnóstico e Desenvolvimento de Metodologia de Inspeção Preditiva e Não Destrutiva da Corrosão de Estais das Torres de Transmissão de Energia.	Metodologia para o diagnóstico dos processos corrosivos ocorrentes nas hastes de âncoras de torres estaiadas, baseada na combinação de técnicas eletroquímicas e de reflectometria de impulso, de modo a obter informações seguras sobre o momento certo de manutenção. Foi desenvolvido um software em rede neural artificial que classifica o risco da probabilidade de falha do sistema visando a utilização em campo pelas equipes de manutenção.	R\$5.445
PD-07130-0047/2019	Monitoramento inteligente de torres estaiadas utilizando fusão de sensores baseado em IoT.	Tecnologia de monitoramento online das trações dos cabos de estai das torres e a publicação de seus dados em uma base georeferenciada, composta por sensores de células de carga, concentradores de dados e sistema computacional, de baixo custo, que permite a instalação do sistema em todas as torres para identificação de falhas de estabilidade estrutural.	R\$5.058
PD-07130-0048/2019	Metodologia e Ferramenta para Análise Automática de Ocorrências Utilizando Algoritmos de Aprendizado de Máquina.	Sistema capaz de analisar automaticamente ocorrências de deslocamentos ocorridos em linhas de transmissão, identificar suas causas e auxiliar a tomada de decisões dos operadores em tempo real, técnicos da manutenção e engenharia, a partir da disponibilização de informações como localização da falha e sua caracterização elétrica, utilizando técnicas de inteligência artificial.	R\$1.852
PD-07130-0049/2017	Ferramenta para previsão de risco da ocorrência de fenômenos climatológicos e análise otimizada de recursos para manutenção emergencial de redes.	Sistema que permite a previsão da ocorrência de descargas elétricas e rajadas de ventos, assim como o monitoramento de quantidades e temperaturas, com o objetivo de orientar os responsáveis pela operação e manutenção da rede de transmissão, indicando a probabilidade de eventos climatológicos extremos e otimização de equipes de atendimento emergencial por meio de informações providas de sistemas georreferenciados e de sistemas especialistas que acompanham os eventos meteorológicos.	R\$2.713
PD-07130-0060/2019	Rede de Proteção com Monitoramento Ativo de Óleo e Gases em um Sistema Inteligente para Diagnóstico e Monitoramento de Transformadores e Reatores de Potência de Alta Tensão.	Desenvolvimento de um protótipo de rede de gás inteligente com monitoramento de óleo e gases em tempo real, integrado ao sistema supervisão da concessionária, para instalação em transformadores e reatores de potência. Descreve as funcionalidades do rede inteligente está a identificação do tipo e taxa de formação dos gases em seu interior, assim como nível, densidade e temperatura do óleo isolante.	R\$3.099
PG-07130-2019/2019	Projeto de Gestão do Programa de P&D 2019.	O projeto visa o gerenciamento das atividades do Programa de P&D executadas no período de abril de 2019 a março de 2021, a partir do desenvolvimento de ferramentas computacionais objetivando o aprimoramento da gestão e propiciando condições de controles eficazes dos recursos empregados no Programa de P&D.	R\$641

A lista completa dos projetos em andamento, finalizados e aprovados pela ANEEL encontra-se disponível no site institucional da Companhia <https://institucional.taesa.com.br/pesquisa-e-desenvolvimento>.

Responsabilidade Corporativa:
• Gestão de pessoas
A TAESA possui uma Política de Recursos Humanos aplicada a toda a empresa. O processo de desenvolvimento dos colaboradores deve ser compreendido como uma estratégia de negócios e como parte integrante do seu modelo de gestão. Todo investimento em torno desse tema tem como função estratégica assegurar, no presente e no futuro, a disponibilidade das competências requeridas para prover a liderança dos negócios.
Por meio do investimento contínuo no crescimento e desenvolvimento dos colaboradores, eles estarão preparados para criar e oferecer os melhores resultados.
A Companhia assegura a todos os seus empregados, de forma ética e transparente, igualdade de chances, respeito à diversidade, possibilidade de desenvolvimento de uma carreira sólida, remuneração compatível com o mercado e benefícios atraentes em um ambiente motivador e desafiador. Atua como facilitadora do fluxo de informações, promovendo a comunicação objetiva e direta, de mão dupla, respeitosa e transparente.
Atração e Retenção de Talentos - As pessoas são elementos impulsionadores da organização, indispensáveis à sua constante renovação em um ambiente de mudanças e desafios. A Taesa adota a prática do Recrutamento Interno, que visa disponibilizar as oportunidades aos seus funcionários antes de buscar novos profissionais no mercado, o que promove reais oportunidades de crescimento e desenvolvimento, propicia expectativa de futuro profissional, retém seus talentos e valoriza seu capital humano.
Capacitação - A Política de treinamento e Desenvolvimento da Taesa tem por objetivo gerar promotor e prover ações e estratégias de aprendizagem, que possibilitem aos colaboradores a aquisição e o aprimoramento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para o seu desenvolvimento profissional, refletindo a valoração do indivíduo e respondendo aos padrões de qualidade e produtividade necessários à estratégia e manutenção do negócio.
Remuneração - A política de remuneração tem por objetivo definir e manter critérios equitativos de valorização e desenvolvimento, visando ao equilíbrio interno e externo das suas estruturas de cargos e salários, bem como do seu pacote de benefícios. Os colaboradores possuem uma remuneração variável, observada e alinhada aos resultados das metas Globais, por Diretoria e por Gerência, em conjunto com o atendimento das responsabilidades desenhadas para seus cargos.

Processos de comunicação - A Companhia acredita que a comunicação integrada é um importante pilar em sua estrutura. Com objetivo de fortalecer cada vez mais o vínculo entre seus colaboradores, busca manter atualizados os processos de comunicação, agregando tecnologia e inovação, através de mecanismos e canais de diálogo estruturados, que possibilitem o levantamento de necessidades e expectativas, além da troca de informações em todos os níveis, de forma transparente, eficaz, ágil e objetiva, alinhada com as melhores práticas e estratégias do negócio.

Saúde e Segurança no Trabalho - A Companhia nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, considera a Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde um valor a ser cultivado e mantido como parte da sua cultura, a fim de contribuir para a segurança e saúde de seus empregados e subcontratados, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. A Companhia adota os seguintes princípios de gestão de segurança, meio ambiente e saúde:

- Prevenção de riscos do trabalho;
- Proteção à saúde e ao meio ambiente;
- Atendimento aos três pilares da sustentabilidade: econômica, social e ambiental;
- Cumprir com as obrigações da Companhia com segurança, continuidade e qualidade;
- Realizar ações respeitando o ambiente e o interesse das partes;
- Minimizar, na medida do possível, o impacto gerado pelas obras e para o convívio da linha de transmissão com o meio social ambiental na operação das linhas de transmissão.

Governança Corporativa
A TAESA é uma Companhia listada no segmento do Nível 2 de Governança Corporativa na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), que confere às suas ações preferenciais o direito de venda por 100% do valor pago na transferência de controle ("Tag Along") está alinhada com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa do mercado.

A estrutura de governança corporativa da Companhia é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, assessorado por 4 comitês não estatutários (Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos e Comitê de Implantação e Novos Negócios), Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

Comitê de Administração (CA) - Composto por 13 membros efetivos, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Em conformidade com o contrato de adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa Nível 2, o CA deverá ter no mínimo 20% de conselheiros independentes, identificados como tal na ata que os elige. Cabe à acionista ISA indicar 4 membros e a acionista CENIMG indicar 5 membros, os demais são eleitos em conformidade com o Item 5.3 do Regulamento Nível 2 de Governança Corporativa da B3. Além das competências descritas em lei e no Estatuto Social da Companhia, o CA é responsável: (i) pela orientação geral dos negócios, (ii) por eleger e destituir os membros da Diretoria, além de supervisionar o exercício de suas funções, por meio de comitês especializados, e (iii) por deliberar sobre a participação em concorrências públicas promovidas pela ANEEL ou por qualquer representante do Poder Concedente com competência para tal.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração - A Companhia possui 4 Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração com funções técnicas e consultivas, informando acerca. Os Comitês não têm função executiva e poder de decisão e são compostos por 6 membros, majoritariamente também membros do CA, para assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório da Companhia.
Conselho Fiscal - O Conselho Fiscal é permanente e composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos, com igual número de suplentes. Suas responsabilidades consistem em fiscalizar as atividades da Administração, rever as demonstrações financeiras e reportar suas conclusões aos acionistas.

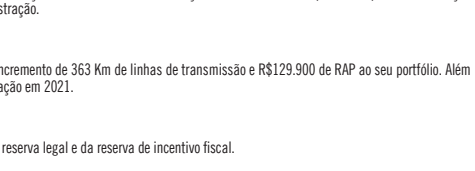
Diretoria Executiva - A Diretoria Executiva é formada por 06 (seis) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor Técnico, um Diretor Jurídico e Regulatório, um Diretor de Implantação e um Diretor de Negócios e Gestão de Participações, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 2 anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a cumulação de cargos e a reeleição de seus membros, no todo ou em parte, conforme deliberação do Conselho de Administração. Os Diretores são responsáveis pela administração executiva diária dos negócios e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

DESEMPENHO DOS NOSSOS NEGÓCIOS

Aquisições de Ativos
Em 2021 a Taesa sagrou-se vencedora no Lote 01 do Leilão 002/2021 organizado pela ANEEL, o que garantiu à Taesa um incremento de 363 Km de linhas de transmissão e R\$129.900 de RAP ao seu portfólio. Além dos leilões, a Taesa atuou também na análise de oportunidades no mercado secundário sem, no entanto, ter concluído operação em 2021.

DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos
De acordo com seu estatuto social, a Taesa deve distribuir um mínimo de 50% do seu Lucro Líquido, após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivo fiscal. No exercício de 2021, foram aprovados pagamentos no montante de R\$1.551.521 a título de dividendos e JCP, sendo:

- R\$456.035 - dividendos adicionais de 2020;
- R\$722.558 - dividendos intercalares de 2021;
- R\$267.019 - JCP de 2021; e
- R\$105.909 - dividendos obrigatórios Remanescentes de 2020.



• R\$456.035 - dividendos adicionais de 2020;

• R\$722.558 - dividendos intercalares de 2021;

• R\$267.019 - JCP de 2021; e

• R\$105.909 - dividendos obrigatórios Remanescentes de 2020.

Dividendos e JCP Distribuídos - Payout



91,5% 89,94% 80,5% 98,5% 99,14%

■ Lucro Líquido Societário - Controladora

■ Dividendos e JCP

2017 2018 2019 2020 2021

648.285 958.928 1.071.309 1.066.117 2.262.927

958.928 1.066.117 2.262.927 2.262.927 2.262.927

2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927

2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927

2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927

2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927

2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927

2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927

2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927

2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927

2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927

2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927

2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927

2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927

2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927

2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927

2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927

2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927 2.262.927



	2021	2020	Vár	Vár (%)
Receita operacional líquida	3.472.049	3.561.286	(89.237)	-2,51%
EBITDA	3.457.905	3.209.985	247.920	7,72%
Margem EBITDA - padrão	99,59%	90,14%	9,45pp	
Reconciliação da EBITDA				
Lucro do exercício	2.213.714	2.262.927	(49.213)	-2,17%
Resultado financeiro	810.109	475.523	334.586	70,36%
Imposto de renda e contribuição social	411.430	456.255	(44.825)	-9,82%
Depreciação e amortização	22.652	15.280	7.372	48,25%
EBITDA padrão	3.457.905	3.209.985	247.920	7,72%

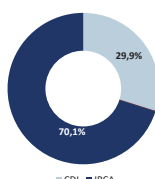
EBITDA padrão - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA padrão não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é indicador de desempenho. O EBITDA padrão apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012 estabelece o cálculo do EBITDA padrão.

EBITDA ajustado - É o EBITDA padrão somado ao valor da equivalência patrimonial. A Administração da Companhia entende que o EBITDA ajustado é conservador em relação ao EBITDA padrão, pois não considera o resultado de equivalência patrimonial de seus investidores.

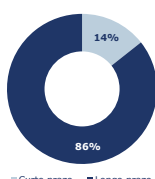
	2021	2020
Divida Líquida		
Circulante	949.513	440.828
Não circulante (inclui os instrumentos financeiros derivativos)	5.665.995	5.670.477
Divida bruta	6.615.508	6.111.305
(-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(394.772)	(905.617)
Divida líquida	6.220.736	5.205.688
Divida Líquida/EBITDA padrão	1,80	1,62

Divida Líquida - Não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias e, também, não é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A Divida Líquida representa o somatório de Empréstimos e Financiamentos, Instrumentos financeiros derivativos e Debêntures do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante, menos o Caixa e Equivalente de Caixa e os Títulos e Valores Mobiliários. A Divida Líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a divida líquida como um indicador de seu desempenho.

Principais Indexadores da Dívida (%)



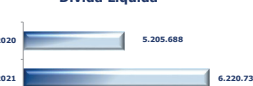
Prazo da dívida (%)



Divida Bruta



Divida Líquida



Balanco Social Anual - 2021 e 2020 - Informações Consolidadas

1 - Base de Cálculo	2021		2020	
Receita líquida (RL)		3.472.049		3.561.286
Resultado operacional (RO)		2.653.815		2.360.763
Falha de pagamento bruta (FPB)		183.009		166.615
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor
Aimentação	7.118	3,89%	0,21%	6.290
Encargos sociais compulsórios	34.962	19,10%	1,01%	33.678
Previdência privada	3.046	1,66%	0,09%	2.551
Saúde	9.889	5,40%	0,28%	9.155
Segurança e saúde no trabalho	370	0,20%	0,01%	338
Educação	120	0,07%	0,00%	108
Cultura	1.091	0,06%	0,00%	1.261
Capacitação e desenvolvimento profissional	599	0,33%	0,02%	484
Crèches ou auxílio-creche	26.930	14,72%	0,78%	21.176
Participação nos lucros ou resultados	130	0,01%	0,00%	231
Outros	84.255	46,04%	2,43%	75.272
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor
Educação	-	0,00%	0,00%	-
Cultura	1.544	0,06%	0,04%	2.190
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-
Esporte	267	0,01%	0,01%	598
Combate à fome e segurança alimentar	364	0,01%	0,01%	427
Outros	653	0,02%	0,02%	1.643
Total das contribuições para a sociedade	2.828	0,11%	0,08%	4.858
Tributos (excetuados encargos sociais)	740.248	27,89%	21,32%	795.849
Total - Indicadores sociais externos	743.076	28,00%	21,40%	800.707
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RL	% sobre RL	Valor
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	2.794	0,11%	0,08%	4.777
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-
Total dos investimentos em meio ambiente	2.794	0,11%	0,08%	4.777

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:

- () não possui metas
- () cumpre de 0 a 50%
- () cumpre de 51 a 75%
- (x) cumpre de 76 a 100%

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Consolidado		Controladora	
Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos				
Ativos circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	4	384.824	896.031	179.771
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	212.069	190.378	148.528
Ativo de contrato de concessão	6	1.320.728	1.015.498	804.492
Impostos e contribuições sociais correntes	8	160.897	124.355	144.943
Dividendos a receber	12	208	50.332	446.545
Outras contas a receber e outros ativos	-	56.457	83.567	39.571
Total dos ativos circulantes		2.135.183	2.380.161	1.763.950
Ativos não circulantes				
Títulos e valores mobiliários	5	9.948	9.586	4.906
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	21.332	19.635	20.040
Ativo de contrato de concessão	6	9.799.690	8.356.699	4.571.927
Outras contas a receber	-	35.616	41.526	24.224
Depósitos judiciais	18	64.771	44.870	45.660
Instrumentos financeiros derivativos	10	207.267	157.169	207.267
Investimentos	7	3.436.678	2.952.525	7.009.221
Direito de uso	-	12.457	28.934	11.578
Imobilizado	-	73.892	44.742	72.625
Intangível	-	98.801	89.572	98.782
Total dos ativos não circulantes		13.760.452	11.745.528	12.066.230
Total dos ativos		15.895.635	14.105.419	13.830.180
Passivos				
Passivos circulantes				
Fornecedores	13.1	131.622	85.086	43.702
Empréstimos e financiamentos	13.2	15.672	121.355	6.896
Debêntures	7	933.841	314.473	806.472
Passivo de arrendamento	8	8.833	8.911	7.697
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	58.894	55.157	37.646
Taxas regulatamentares	-	51.679	62.536	44.208
Dividendos e JCP a pagar	12	147.048	105.931	147.048
Outras contas a pagar	-	69.841	83.194	56.617
Total dos passivos circulantes		1.417.130	841.643	1.150.286
Passivos não circulantes				
Empréstimos e financiamentos	13.1	614.073	922.669	562.825
Debêntures	13.2	5.225.510	4.857.916	4.361.201
Instrumentos financeiros derivativos	18	33.679	47.061	33.679
Passivo de arrendamento	7	7.257	22.462	7.035
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	1.172.751	763.630	707.146
Tributos diferidos	10	638.209	524.897	263.250
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	14	49.126	44.338	29.343
Provisão para desmobilização de ativos	7	457	457	457
Outras contas a pagar	-	52.687	54.442	24.192
Total dos passivos não circulantes		7.793.749	7.237.872	5.995.138
Total dos passivos		9.210.879	8.079.515	7.145.424
Patrimônio líquido				
Capital social	-	3.042.035	3.042.035	3.042.035
Reserva de capital	-	598.736	598.736	598.736
Reserva de lucros	-	2.368.240	1.944.396	2.368.240
Dividendos adicionais propostos	-	653.282	456.035	653.282
Outros resultados abrangentes	18	27.463	(15.298)	27.463
Total do patrimônio líquido		6.684.756	6.025.904	6.025.904
Total dos passivos e do patrimônio líquido		15.895.635	14.105.419	13.830.180

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

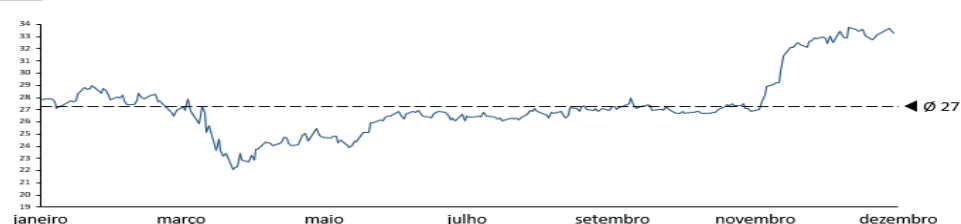
	Consolidado		Controladora	
Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício		2.213.714		2.262.927
Ajustes para:				
Resultado de equivalência patrimonial	11	(781.438)	(833.942)	(1.471.638)
Depreciação e amortização	21	13.979	8.391	13.952
Depreciação do direito de uso	7 e 21	8.673	6.889	7.766
Provisão (reversão) de causas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis, líquidas	14	753	9.813	(1.671)
Variações monetárias e cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	13.1 e 22	74.229	141.053	65.217
Variações monetárias e ajuste ao valor justo sobre debêntures	13.2 e 22	750.851	445.833	606.328
Instrumentos financeiros derivativos	18 e 22	5.078	(87.417)	5.078
Juros sobre passivo de arrendamento	7 e 22	2.633	2.697	2.535
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	21.763	27.698	6.202
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	389.667	428.557	217.411
Tributos diferidos	20	113.312	150.115	30.853
Custo de implementação de infraestrutura	20	464.136	885.675	1.198
Remuneração do ativo de contrato de concessão	6 e 20	(807.358)	(657.818)	(567.988)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6 e 20	(1.216.276)	(1.007.626)	(770.555)
Receita de implementação de infraestrutura	6 e 20	(915.031)	(1.523.739)	(6.932)
Receita de aplicação financeira	-	(300)	(38.813)	(198)
Provisão de parcela variável	6	2.040	828	1.976
		340.425	219.121	356.552
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento (redução) no saldo de títulos e valores mobiliários	13.1	-	446.218	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	13.1	(462.443)	(250.891)	(456.490)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	13.1	(26.173)	(19.005)	(18.668)
Emissão de debêntures	13.2	739.539	723.943	739.539
Pagamento de debêntures - principal	13.2	(295.354)	(691.260)	(691.260)
Pagamento de debêntures - juros	13.2	(213.270)	(181.741)	(213.270)
Pagamento de dividendos e JCP	12	(1.351.506)	(1.108.182)	(1.351.506)
Pagamento de passivo de arrendamento	7	(10.412)	(8.712)	(9.500)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	18	(11.340)	(5.341)	(11.340)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		(1.830.963)	(1,092.971)	(1,816.593)
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		(511.207)	813.469	(485.161)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	896.031	82.562	664.932
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	384.824	896.031	179.771
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		(511.207)	813.469	(485.161)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de dezembro de 2021 o valor de mercado da Companhia era de R\$12,5 bilhões (R\$11,6 bilhões em 31 de dezembro de 2020).

Desempenho das Units



Rating

Fitch	Rating	Perspectiva
Rating para moeda local	BBB-	Negativo
Rating para moeda estrangeira	BB	Negativo
Rating em escala nacional	AA+(bra)	Estável
Moody's	Rating	Perspectiva
Ratings Escala Nacional Brasileira	Aaa.br	Estável

GESTÃO TÉCNICA

Manutenções especializadas em todos os ativos de transmissão, fazem da equipe técnica da Taesa um diferencial competitivo em seus processos operacionais, que tem investido de forma contínua na capacitação de suas equipes de manutenção e operação, bem como em metodologias para melhorar os resultados das intervenções nas instalações. Destacam-se, ainda, os serviços especiais em Linha Viva, que possibilitam uma efetiva intervenção nos equipamentos sem a necessidade de desligamentos de instalações, contribuindo para o aumento da disponibilidade das subestações e linhas de transmissão. Os planos de manutenção em dia, cooperam para a disponibilidade operacional das linhas de transmissão nos patamares mais elevados de desempenho de forma consistente, contribuindo assim para maior confiabilidade do Sistema Elétrico Interligado Nacional. Sistematicamente são desenvolvidos estudos e propostas para a implantação de novos equipamentos e sistemas nas subestações, denominados como "Reforços" e "Melhorias". As Melhorias têm como objetivo manter a qualidade na prestação dos serviços da Companhia, e os Reforços, após aprovados pela ANCEL, garantem à Companhia uma receita adicional para fazer frente aos investimentos necessários para a ampliação da capacidade de transmissão das instalações, ou aumento da confiabilidade do sistema.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") prestam serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia e suas controladas desde março de 2017. A Companhia contratou a EY Brasil para prestação de serviços de auditoria independente por cinco anos consecutivos, reajustado pelo IPC-A. O valor referente aos serviços de auditoria independente para o exercício de 2021 é de R\$1.901 mil. As políticas da Taesa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

CVM BVM&FBOVESPA

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

5 - Indicadores do Corpo Funcional

	2021	2020
Nº de empregados(as) no final do período	701	673
Nº de admissões durante o período	97	111
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	-	-
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	32	33
Nº de mulheres que trabalham na empresa	146	154
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	126	116
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	19,72%	16,13%
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)</		



Concessão	Mudação do ativo de contrato de concessão						31/12/2020
	31/12/2019	Adição (a)	Aquisição	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	
Circulante	734.831	-	-	-	-	-	728.784
Não circulante	3.517.112	-	-	-	-	-	4.118.475
MAR	156.888	38.724	-	5.040	8.596	(6.594)	202.654
ATE III	531.783	41	-	33.504	16.854	(94.578)	487.604
SGT	64.179	-	-	3.344	2.551	(4.750)	65.324
MIR	534.804	1.943	-	40.610	22.045	(44.557)	554.845
JAN	302.369	1.273.657	-	-	-	-	1.576.026
BRAS	209.698	-	-	22.639	7.103	(25.519)	213.921
SNAN	34.824	166.992	-	-	-	-	201.816
SJT	-	-	542.047	31.053	60.057	(39.477)	593.680
SPT	-	31.646	456.419	26.574	28.827	(32.730)	510.736
LNT	-	-	118.615	8.572	(1.167)	(8.588)	117.332
Total Consolidado	6.086.488	1.523.739	1.117.081	657.818	1.007.626	(1.020.555)	8.372.197
Circulante	855.975	-	-	-	-	-	1.015.498
Não circulante	5.230.513	-	-	-	-	-	8.356.699

(a) As principais adições estão relacionadas aos reforços e às novas construções de subestações e linhas de transmissão.

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permitida – RAP	Custo de implementação da infraestrutura estimada (Capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI (**)
Novas Construções						
MAR	Implantação de linha de transmissão 500 kV	Contrato Concessão ANEEL 011/2014	R\$16.956	R\$107.000	Energização concluída em 23/05/2020	ADE da RFB nº 394/2014 (***)
JAN	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato Concessão ANEEL 015/2017	R\$213.631	R\$959.604	Energização concluída em 01/09/2021	ADE da RFB nº 119/2017 (***)
Prapora 2 – Janaúba 3						
Janaúba 3 – Bom Jesus da Lapa 2						
SNAN	Implantação das linhas de transmissão, construção de subestações associadas.	Contrato Concessão ANEEL 012/2019	R\$67.080	R\$610.364	Março de 2023	ADE da RFB nº 89/2019 (***)
Livramento 3 – Alegrete 2						
Livramento 3 – Cerro Chato						
Livramento 3 – Santa Maria 3						
Livramento 3 – Maçambará 3						
Secionamento Maçambará – Santo Ângelo C1/C2						
SE Livramento 3 e compensador síncrono SE Maçambará 3						

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permitida – RAP	Custo de implementação da infraestrutura estimada (Capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI (**)
Reforços						
NVT	Melhoria do Sistema SCADA – COC TAESA	Plano de Modernização de Instalações 2014-2017	(*)	(*)	Dezembro de 2022	Não há
Samambaia						
TSN	Modernização do Sistema de Controle	Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.861/2016	(*)	(*)	Fevereiro de 2023	Não há
SE Bom Jesus da Lapa II						
TSN	Modernização do Sistema de Controle	REA nº 5.861/2016	(*)	(*)	Fevereiro de 2023	Não há
Sapeaçu						
Instalação de registrador de perturbação digital - RDP com a funcionalidade de sincrofases (PMU) e TW.	Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.314/2019	(*)	R\$246		Concluído em 22/02/2020	Não há
TSN						
Serra da Mesa						
Instalação de registrador de perturbação digital - RDP com a funcionalidade de sincrofases (PMU) e TW.	Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.314/2019	(*)	R\$407		Concluído em 22/02/2020	Não há
TSN						
Serra da Mesa II						
Instalação de banco de reatadores monofásicos (3 fases mais uma unidade reserva) limitadores de corrente de curto circuito no terciário do ATR-05T1.	Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.761/2019	(*)	(*)		Abri de 2022	Não há
TSN						
Sapeaçu						
Instalação de banco de reatadores monofásicos (3 fases mais uma unidade reserva) limitadores de corrente de curto circuito no terciário do ATR-05T2.	Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.761/2019	(*)	(*)		Abri de 2022	Não há
TSN						
Sapeaçu						
Instalação de banco de reatadores monofásicos (3 fases mais uma unidade reserva) limitadores de corrente de curto-circuito no terciário do ATR-05T3.	Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.761/2019	(*)	(*)		Abri de 2022	Não há
MUN						
SE Camagari	Substituição de cabo para-raio por cabo OPGW da LT 500 kV Camagari II / Sapeaçu.	Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.314/2019	(*)	R\$6.200	Outubro de 2022	ADE da RFB nº 02/2021
SPT						
SE Rio Grande II	Implantação do segundo autotransformador 230/138 kV	Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.540/2018	R\$2.601	R\$17.777	Concluído em 08/07/2020	Não há
SPT						
SE Barreiras II	Implantação do segundo autotransformador 500/230 kV	Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.091/2019	R\$5.046	R\$35.079	Concluído em 22/12/2021	ADE da RFB nº 1911/2019

(*) A RAP será estabelecida somente após o ciclo posterior a conclusão do projeto. (**) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura. (***) Ato Declaratório Executivo da Receita Federal do Brasil.

Principais características dos contratos de concessão RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M (TSN, Gtesa, Patesa, Munirah, Novatrans, ETEO, ETAU, ATE, ATE II, STE, EATE, ETEP, ENTE, ECTE, ERTE, Lumitrans, Transudeste, Transista, Transirapé e NTE) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (BRAS, ATE III, SGT, MAR, MIR, JAN, SJT, SPT, LNT Paraguaçu, Aimorés, STC, EBTE, ETSE, ESDE, ESTE, Ivai, EDTE e SAN). **Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura** - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura, reajustado e revisado anualmente. No 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura da transmissora (TSN, NVT, GIESA, NTE, STE, PATESA, MUNIRAH, ETEO, ATE, ATE II, ATE III, ETEP, EATE, ENTE, ETAU, STC, ECTE, LUMITRANS, TRANSLESTE, TRANSDUDESTE e TRANSPARAP) terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão. No caso das concessões delimitadas pelas empresas BRAS, SGT, MAR, MIR, JAN, SJT, SPT, LNT, Paraguaçu, Aimorés, Ivai, ECTE, ERTE, ESDE, ESTE e EDTE, bem como dos reforços nas linhas de transmissão realizados após o ano 2008, não há decréscimo do faturamento no 16º ano, sendo o recebimento da RAP linear durante o período da concessão. **Parcela variável** - As receitas de operação, manutenção e implementação de infraestrutura estarão sujeitas a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% (no caso específico da ECTE, 25%) da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita a penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura dos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. **Extinção da concessão e reversão de bens vinculados** - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente determinado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais, quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor resultante do balanço do ativo imobilizado. **Renovação** - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora. **Aspectos ambientais** - A transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. **Descumprimento de penalidades** - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL de dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente e a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo à leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso de caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações. **Estrutura de formação da RAP** - As concessões das linhas de transmissão de energia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

Concessão	Ciclo 2021-2022			Ciclo 2020-2021			Ciclo 2019-2020		
	Resolução 2.959 de 05/10/2021 (i)			Resolução 2.725 de 14/07/2020			Resolução 2.565 de 25/06/2019		
	Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022	Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021	Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
TSN	457.100	(4.399)	452.701	325.134	(3.212)	321.922	300.992	(11.015)	289.977
GTE	8.054	(268)	7.786	5.877	(45)	5.832	5.516	(249)	5.267
MUN	29.883	(1.091)	28.792	28.957	(45)	29.407	40.947	(2.391)	38.556
PAT	23.851	(650)	23.201	17.405	(68)	17.337	18.079	(1.020)	17.059
ETEO	144.400	(4.837)	139.563	105.373	(997)	104.376	98.933	(3.625)	95.308
NVT (iii) e (iv)	483.263	(16.925)	466.338	352.463	(1.189)	351.274	292.844	(16.250)	276.594
STE	69.531	(1.770)	67.761	50.610	(190)	50.420	48.636	(3.285)	45.351
NTE	122.085	(4.032)	122.053	92.101	(410)	91.691	86.287	(4.962)	81.325
ATE	126.078	(4.703)	121.375	115.113	(1.657)	113.456	167.265	(6.071)	161.194
ATE II	273.639	(15.172)	258.467	275.495	(2.544)	272.951	258.669	(9.089)	249.580
ATE III (iii)	138.241	(4.523)	133.718	127.711	(724)	126.987	125.389	(4.507)	120.882
SGT	5.963	(338)	5.625	5.518	(815)	4.703	5.416	(4)	5.412
BRAS (iii) e (iv)	30.788	321	31.109	28.123	(77)	28.046	27.559	(774)	26.785
MAR	17.754	(444)	17.310	16.431	9	16.440	-	-	-
MIR (iii) e (iv)	74.527	(1.822)	72.705	67.939	1.249	69.188	-	-	-
SJT (iii) e (iv)	52.887	108	52.995	46.533	(2.542)	43.991	44.927	(91)	44.836
SPT (iii) e (iv)	53.853	(5.189)	48.664	49.835	(34.649)	15.186	47.573	(57.995)	(10.422)
LNT (v)	13.890	(350)	13.540	12.854	(525)	12.329	12.617	(756)	11.861
JAN (ii)	213.631	-	213.631	-	-	-	-	-	-
Total	2.339.418	(66.084)	2.273.334	1.723.472	(47.938)	1.675.536	1.581.649	(127.084)	1.459.565

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021. (ii) A JAM entrou em operação comercial em 1º de setembro de 2021. (iii) Os valores das RAP do ciclo 2020-2021 das concessões ATE III, MIR, BRA, NVT, SJT e SPT foram alterados pelo Despacho nº 1.698/2021, que julgou os recursos administrativos interpostos pela Companhia em face das Resoluções Homologatórias nº 2.725/2020, nº 2.724/2020 e as diferenças serão recebidas no ciclo 2021-2022. (iv) Os valores das RAP do ciclo 2020-2021 das concessões BRA, MIR e NVT foram ajustados de acordo com o Despacho ANEEL nº 3.219/2020 que reificou os anexos I, II, III, IV, V e VI da Resolução Homologatória nº 2.725/2020. (v) Em 13 de março de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da LNT. (vi) Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da SJT e SPT.

7. ARRENDAMENTO
A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de imóveis e automóveis. Os prazos de arrendamento de imóveis variam entre 13 e 101 meses, enquanto automóveis têm prazos de arrendamento de 39 meses. Não existem contratos de arrendamento que contemplam opções de renovação e rescisão, além de pagamentos variáveis de arrendamento. A Companhia e suas controladas também possuem arrendamentos com prazos iguais ou inferiores a 12 meses e arrendamentos cujo ativo adjacente é de baixo valor. Para esses casos, a Companhia e suas controladas aplicam as isenções de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e arrendamento de ativos de baixo valor. **Direito de uso** - Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial dos passivos de arrendamento, ajustes por remuneração e pelos custos esperados na desmobilização.

Direito de Uso	31/12/2020	Adição por novos contratos	Depreciação	Ajuste por remuneração (*)	31/12/2021
Controladora					
Imóveis	20.310	-	(4.232)	(9.022)	7.056
Automóveis	7.558	-	(3.534)	498	4.522
Não Circulante	27.868	-	(7.766)	(8.524)	11.578
Consolidado					
Imóveis	20.494	-	(4.276)	(9.022)	7.196
Automóveis	8.440	687	(4.397)	531	5.261
Não Circulante	28.934	687	(8.673)	(8.491)	12.457

Direito de Uso	31/12/2019	Adição por novos contratos	Depreciação	Baixa de contrato	Ajuste por remuneração (*)	31/12/2020
Controladora						
Imóveis	21.971	98	(3.038)	-	1.279	20.310
Automóveis	10.064	-	(3.276)	-	770	7.558
Não Circulante	32.035	98	(6.314)	-	2.049	27.868
Consolidado						
Imóveis	23.013	306	(3.333)	(771)	1.279	20.494
Automóveis	10.759	423	(3.556)	-	814	8.440
Não Circulante	33.772	729	(6.889)	(771)	2.093	28.934

(*) Mudança na expectativa de prazo e alterações das contraprestações por reajuste inflacionário. A provisão para desmobilização dos ativos arrendados em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 era de R\$457 no Consolidado e na Controladora. **Passivo de arrendamento** - Os passivos de arrendamento reconhecidos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros.

Passivo de Arrendamento	31/12/2020	Juros do exercício	Adição por novos contratos	Contraprestação paga	Ajuste por remuneração (*)	31/12/2021
Controladora						
Imóveis	21.776	1.987	-	(5.381)	(9.022)	9.360
Automóveis	8.445	548	-	(4.119)	498	5.372
Total	30.221	2.535	-	(9.500)	(8.524)	14.732
Circulante	8.406	-	-	-	-	7.697
Não circulante	21.815	-	-	-	-	7.035
Consolidado						
Imóveis	21.966	2.003	-	(5.435)	(9.022)	9.512
Automóveis	9.407	630	687	(4.977)	531	6.278
Total	31.373	2.633	687	(10.412)	(8.491)	15.790
Circulante	8.911	-	-	-	-	8.533
Não circulante	22.462	-	-	-	-	7.257



TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - TAESA

CNPJ nº 07.859.971/0001-30

Mutação dos Investimentos	31/12/2019	Aquisição de empresas	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	31/12/2020
Controladas						
ATE III	508.592	-	-	(31.165)	62.685	540.112
SGT	22.743	-	-	(4.249)	4.573	23.067
MAR	147.921	-	27.500	(4.489)	15.699	186.631
MIR	472.186	-	5.000	(40.661)	74.199	510.724
JAN	100.250	-	-	(89.666)	279.461	290.645
SNAN	41.224	-	149.200	(882)	3.959	193.501
BRAS	190.745	-	-	(22.091)	15.276	183.930
SJT	-	358.402	114.912	(16.079)	79.083	536.318
SPT	-	354.139	86.996	(12.480)	47.214	475.669
LNT	-	60.482	-	(3.732)	2.267	59.017
	1.483.661	773.023	383.608	(274.894)	584.416	2.999.814
Controladas em conjunto						
ETAU	95.650	-	-	(15.377)	42.191	122.464
Aimorés	104.585	-	94.000	-	55.717	254.302
Paraguaçu	174.772	-	127.500	-	81.673	383.945
Ivai	92.072	-	-	-	94.985	187.057
	467.079	-	221.500	(15.377)	274.566	947.768
Coligadas diretas						
EATE	664.870	-	-	(142.651)	268.385	790.604
EBTE	169.544	-	-	(3.339)	20.500	186.705
ECTE	64.589	-	-	(15.274)	16.497	65.812
ENTE	445.192	-	-	(89.981)	123.173	478.384
ETEP	168.675	-	-	(54.982)	41.659	155.352
ERTE	54.606	-	-	(2.223)	838	53.221
EDTE	42.844	-	-	(2.495)	28.033	68.382
Transudeste	45.916	-	-	(4.655)	16.030	57.291
Transleste	54.784	-	-	(3.398)	20.608	71.994
Transirapé	61.199	-	-	(7.840)	23.653	77.012
	1.772.219	-	-	(326.838)	559.376	2.004.757
	3.722.959	773.023	605.108	(567.109)	1.418.358	5.952.239

As mutações dos dividendos a receber foram apresentadas na nota explicativa nº 12 - Partes relacionadas. A data-base das demonstrações financeiras das empresas investidas é 31 de dezembro de cada ano. Demonstrações financeiras resumidas. Considerando que coligadas diretas em que a Taesa possui participação são administradas como um grupo de concessões (Grupo TBE e Transmineiras), a Companhia optou por agregar as demonstrações financeiras para a apresentação do balanço patrimonial e demonstração do resultado.

Balanço patrimonial	31/12/2021				31/12/2020			
	Contr. em conjunto	Coligadas		Total	Contr. em conjunto	Coligadas		Total
Caixa e equivalentes de caixa	279.419	100.954	8.749	389.122	141.603	106.515	16.993	265.111
Ativo de contrato de concessão (i)	316.485	620.479	74.977	1.011.941	18.455	557.665	87.303	663.423
Outros ativos circulantes	18.581	125.919	6.720	151.220	948.897	84.526	5.040	1.038.463
Ativos circulantes	614.485	847.352	90.446	1.552.283	1.108.955	748.706	109.336	1.966.997
Ativo de contrato de concessão (ii)	4.851.618	4.166.033	460.018	9.477.669	3.962.687	3.792.659	413.445	7.568.791
Outros ativos não circulantes	3.882	1.427.564	3.276	1.434.722	51.648	1.167.395	3.757	1.222.800
Ativos não circulantes	4.855.500	5.593.597	463.294	10.912.391	3.414.335	4.960.054	417.202	8.791.591
Empréstimos, financiamentos, debêntures (ii)	3.468	116.652	35.339	155.459	6.012	158.921	44.391	209.324
Arrendamento mercantil	202	4.713	99	5.014	150	3.656	119	3.925
Outros passivos circulantes	111.689	410.062	43.725	565.476	257.601	486.213	49.854	793.668
Passivos circulantes	115.359	531.427	79.163	725.949	263.763	648.790	94.364	1.006.917
Empréstimos, financiamentos, debêntures (ii)	2.023.972	1.375.523	63.975	3.463.470	1.733.257	1.084.925	47.861	2.866.043
Arrendamento mercantil	1.135	21.441	95	22.671	1.190	17.440	314	18.944
Outros passivos não circulantes	1.074.847	1.283.117	48.293	2.406.257	770.997	1.072.744	42.921	1.886.662
Passivos não circulantes	3.099.954	2.680.081	112.363	5.892.398	2.505.444	2.175.109	91.096	4.771.649
Patrimônio líquido individual	2.254.672	3.229.441	362.214	5.846.327	1.754.083	2.884.861	341.078	4.980.022
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	1.152.159	1.430.506	177.484	2.760.149	901.081	1.276.313	167.129	2.344.523
Valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos e outros	55.007	582.392	39.130	676.529	46.687	522.148	39.167	608.002
Investimento total da Taesa	1.207.166	2.012.898	216.614	3.436.678	947.768	1.798.461	206.296	2.952.525

Demonstração do resultado	31/12/2021				31/12/2020			
	Contr. em conjunto	Coligadas		Total	Contr. em conjunto	Coligadas		Total
Receita operacional líquida	1.661.484	1.162.928	147.607	2.972.019	2.068.825	1.351.614	158.672	3.379.111
Custos e despesas	(824.913)	(82.098)	(20.341)	(927.352)	(1.156.614)	(196.605)	(14.691)	(1.367.910)
Receitas financeiras	23.233	12.641	1.253	37.127	38.741	7.098	427	46.266
Despesas financeiras	(295.960)	(140.318)	(9.000)	(445.278)	(166.617)	(67.919)	(5.571)	(240.107)
Resultado financeiro	(272.127)	(127.677)	(7.747)	(408.151)	(127.876)	(60.821)	(5.144)	(193.841)
Equivalência patrimonial	-	328.197	-	328.197	-	319.427	-	319.427
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(191.727)	(233.054)	(5.262)	(430.043)	(263.289)	(242.839)	(5.367)	(511.495)
Resultado do exercício	372.117	1.048.296	114.257	1.534.670	521.046	970.776	133.470	1.625.292
Resultado do exercício - participação da Taesa	193.072	471.069	55.987	720.128	272.529	443.416	65.401	781.346
Apropriação do valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos e outros	8.323	50.675	2.312	61.310	2.037	55.670	(5.111)	52.596
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	201.395	521.744	58.299	781.438	274.566	499.086	60.290	833.942

(i) Implementação de infraestrutura em andamento.

Concessão	Descrição	Resolução ANEEL	RAP	Custo de infraestrutura-tura estimada (Capex Aneel)	Previsão de conclusão	REIDI ¹
Novas construções						
AIMORÉS						
LT 500 kV Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6 C2	Implantação de linha de transmissão.	Contrato Concessão 004/2017	R\$87.379	R\$341.118	Fevereiro de 2022	Portaria MME nº 171/2017, ADE da RFB nº 191/2017
PARAGUAI						
LT 500 kV Poções III - Padre Paraíso 2 C2	Implantação de linha de transmissão.	Contrato Concessão 003/2017	R\$130.428	R\$509.595	Fevereiro de 2022	Portaria MME nº 181/2017, ADE da RFB nº 98/2017
Ivai						
Guaira - Sarandi - CD, C1 e C2, LT Foz do Iguaçu - Guaira - CD, C1 e C2, Londrina - Sarandi, CD, C1 e C2, Sarandi - Paranavai Norte, CD, Guaira, SE Sarandi, SE Paranavai Norte	Implantação de linhas de transmissão e subestações e ampliação das subestações associadas.	Contrato Concessão 022/2017	R\$323.652	R\$1.936.474	Agosto de 2022	Portaria MME nº 355/2017, ADE da RFB nº 10/2018
ESTE						
Mesquita - João Neiva 2, SE João Neiva 2	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas.	Contrato Concessão 019/2017	R\$123.585	R\$485.841	Fevereiro de 2022	Portaria MME nº 216/2017, ADE da RFB-SP nº 167/2017

¹ Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

(ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Concessão	Financiador	Vencimento final	Garantias	Encargos financeiros	31/12/2021	31/12/2020
IVAI	Itaú	dez/43	(g)	IPC-A + 4,9982%	2.021.689	1.727.550
ETAU	BNDES Finame Alston	jan/21	(f)	Taxa fixa 9,5% a.a.	-	7
	BNDES Finame Toshiba	jan/21	(d)	Taxa fixa 9,5% a.a.	-	75
	BNDES Automático	ago/21	(b)	TJLP + 5,20% / SELIC + 3,76%	-	2.442
	BNDES Giro	ago/23	(d)	TLP + 2,78%	5.751	9.195
Controladas em conjunto					2.027.440	1.739.269
EATE	Itaú	set/21	(a)	116% do CDI	-	54.054
EATE	Itaú	set/22	(a)	107,75% do CDI	11.456	26.661
EATE	Bradesco	jun/23	(a)	112% do CDI	27.805	46.226
EATE	Bradesco	jul/24	(a)	108,6% do CDI	278.014	272.013
EATE	Itaú	abr/26	(a)	CDI + 1,9%	203.844	-
ECTE	Bradesco	set/22	(a)	107,75% do CDI	23.290	54.216
ECTE	Bradesco	jul/24	(a)	108,6% do CDI	51.427	50.295
ECTE	Santander	jul/25	(a)	CDI + 2,9%	77.926	81.321
ECTE	Itaú	abr/26	(a)	CDI + 1,9%	50.897	-
EDTE	Santander	dez/28	(e)	IPCA + 5,29%	370.124	333.301
ENTE	Santander	jul/24	(a)	108,6% do CDI	51.420	50.287
ENTE	Santander	jul/25	(a)	CDI + 2,9%	102.457	101.672
ETEP	Bradesco	jun/23	(a)	112% do CDI	16.522	27.466
ETEP	Santander	jul/25	(a)	CDI + 2,9%	92.211	91.503
ETEP	Itaú	abr/26	(a)	CDI + 1,9%	50.899	-
EBTE	Bradesco	jun/23	(a)	112% do CDI	32.984	54.831
EBTE	Itaú	abr/26	(a)	CDI + 1,9%	50.899	-
TRANSUDESTE	Itaú	set/22	(a)	107,75% do CDI	9.188	21.382
TRANSLESTE	Itaú	set/22	(a)	107,75% do CDI	10.806	25.151
TRANSLESTE	BDMG	fev/25	(d)	9,50%	7.835	10.310
TRANSLESTE	BNB	mar/25	(d)	9,50%	2.384	3.129
TRANSIRAPÉ	Itaú	set/22	(a)	107,75% do CDI	7.300	16.987
TRANSIRAPÉ	Itaú	abr/26	(a)	CDI + 1,9%	50.904	-
TRANSIRAPÉ	BDMG	abr/26	(c)	TJLP + 6,5%	2.488	3.062
TRANSIRAPÉ	BDMG	jan/24	(c)	3,5%	4.970	7.357
TRANSIRAPÉ	BDMG	abr/21	(c)	TJLP + 4,5%	-	995
TRANSIRAPÉ	BDMG	out/29	(c)	TJLP + 3,5%	3.433	3.873
Coligadas diretas e indiretas					1.591.489	1.336.098
					3.618.929	3.075.367

(a) Sem garantias; (b) Carta de Fiança, emitida pela Taesa, em favor do Banco Santander, formalizada em instrumento apartado. O valor contratado foi de R\$13.619 e os recursos serão liberados mediante compra financeira; (c) Penhor das ações da empresa detidas pela EATE e pela Transminas Holding S.A., constituição de conta-reserva e vinculação da receita da Companhia; (d) Carta de Fiança emitida pela Taesa, em favor do Banco Santander, formalizada em instrumento apartado, no limite de 52,6%, do valor de R\$125, proporcional à sua participação acionária; (e) Fiança proporcional da Alupar de 50,01% e da Taesa de 49,99% do montante total; (f) Carta de Fiança emitida pela Taesa, em favor do Banco Santander, formalizada em instrumento apartado, no limite de 52,6%, do valor de R\$125, proporcional à sua participação acionária; (g) Fiança proporcional da CTEEP de 50,00% e da Taesa de 50,00% do montante total. Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2021, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas e civis, e passivos contingentes

	Provisão para riscos		Passivos contingentes	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ETAU	141	411	51	35
Controladas em conjunto	141	411	51	35
EATE	393	1.376	4.525	4.356
EBTE	26	21	449	776
ECTE	52	52	240	203
ETEP	7	7	-	-
ENTE	-	-	1.342	-
Coligadas diretas	478	1.456	6.556	6.512
	619	1.867	6.607	6.547



Dividendos e JCP a pagar	31/12/2020			Adição (a)			Pagamento			31/12/2021		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Consolidado e Controladora												
ISA	15.758	-	15.758	197.239	39.730	(191.123)	(39.730)	21.874	-	21.874	-	21.874
Cemig	22.956	-	22.956	287.333	57.878	(278.423)	(57.878)	31.866	-	31.866	-	31.866
Não Controladores (b)	67.208	9	67.217	841.032	169.411	(814.947)	(169.405)	93.293	15	93.308	-	93.308
	105.922	9	105.931	1.325.604	267.019	(1.284.493)	(267.013)	147.033	15	147.048		

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2019			Adição (a)			Pagamento			31/12/2020		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Consolidado e Controladora												
ISA	-	-	-	145.734	34.620	(129.976)	(34.620)	15.758	-	15.758	-	15.758
Cemig	-	-	-	212.296	50.434	(189.340)	(50.434)	22.956	-	22.956	-	22.956
Não Controladores (b)	7	4	11	621.398	147.620	(554.197)	(147.615)	67.208	9	67.217	-	67.217
	7	4	11	979.428	232.674	(873.513)	(232.669)	105.922	9	105.931		

(a) Refere-se aos dividendos obrigatórios, adicionais propostos aprovados, intercalares e aos juros sobre capital próprio a receber, que são apresentados líquidos do imposto de renda retido na fonte. Os juros sobre capital próprio a pagar são apresentados brutos do imposto de renda retido na fonte. (b) Dividendos e JCP a pagar a acionistas não controladores, ainda não pagos pela inexistência de dados desses acionistas na carteira. (c) R\$105.909 refere-se aos dividendos obrigatórios remanescentes de 2020, aprovados pela AGO de 29 de abril de 2021 e pagos no dia 27 de maio de 2021.

Aprovação de dividendos e JCP (*)	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor aprovado	Valor por ação ON	Valor por ação PN
Dividendos intercalares	2021	01/12/2021	CA	29/12/2021	320.985	0,31058	0,31058
Dividendos intercalares	2021	13/05/2021	CA	27/05/2021	401.573	0,38856	0,38856
Dividendos Adicionais propostos	2020	29/04/2021	AGO	27/05/2021	456.036	0,44125	0,44125

Juros sobre capital próprio	2021	01/12/2021	CA	29/12/2021	202.015	0,19547	0,19547
Juros sobre capital próprio	2021	13/05/2021 <td>CA</td> <td>27/05/2021 <td>65.004 <th>0,0629</th> <th>0,0629</th> </td></td>	CA	27/05/2021 <td>65.004 <th>0,0629</th> <th>0,0629</th> </td>	65.004 <th>0,0629</th> <th>0,0629</th>	0,0629	0,0629
					267.019		

Dividendos obrigatórios remanescentes	2020	29/04/2021	AGO	27/05/2021	105.909	0,10248	0,10248
					105.909		

Dividendos intercalares	2020	11/11/2020	CA	25/11/2020	410.772	0,39746	0,39746
Dividendos intercalares	2020	12/08/2020	CA	26/08/2020	220.542	0,21339	0,21339
Dividendos intercalares	2020	14/05/2020	CA	28/05/2020	180.442	0,17459	0,17459
Dividendos Adicionais propostos	2019	30/04/2020	AGO	15/05/2020	61.763	0,05976	0,05976
					873.519		

Juros sobre capital próprio	2020	10/12/2020	CA	28/12/2020	54.218	0,0246	0,0246
Juros sobre capital próprio	2020	11/11/2020 <td>CA <td>25/11/2020 <td>58.415</td> <th>0,05652</th> <th>0,05652</th> </td></td>	CA <td>25/11/2020 <td>58.415</td> <th>0,05652</th> <th>0,05652</th> </td>	25/11/2020 <td>58.415</td> <th>0,05652</th> <th>0,05652</th>	58.415	0,05652	0,05652
Juros sobre capital próprio	2020	12/08/2020 <td>CA <td>26/08/2020 <td>58.765</td> <th>0,05685</th> <th>0,05685</th> </td></td>	CA <td>26/08/2020 <td>58.765</td> <th>0,05685</th> <th>0,05685</th> </td>	26/08/2020 <td>58.765</td> <th>0,05685</th> <th>0,05685</th>	58.765	0,05685	0,05685
Juros sobre capital próprio	2020	14/05/2020 <td>CA <td>28/05/2020 <td>61.276</td> <th>0,05929</th> <th>0,05929</th> </td></td>	CA <td>28/05/2020 <td>61.276</td> <th>0,05929</th> <th>0,05929</th> </td>	28/05/2020 <td>61.276</td> <th>0,05929</th> <th>0,05929</th>	61.276	0,05929	0,05929
					232.674		

(*) Os dividendos intercalares e os juros sobre capital próprio pagos foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. III - Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal - Classificadas no Resultado - despesa de pessoal.

Proporção da remuneração total	2021		2020	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Conselho de Administração	100%	-	100%	-
Conselho Fiscal	100%	-	100%	-
Diretoria estatutária (*)	57%	43%	55%	45%

(*) Composição de remuneração fixa: Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (previdência privada, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação), benefícios pós-emprego (plano de saúde e plano odontológico). Composição de remuneração variável: participação nos lucros e resultados, cessação do cargo e indenizações.

Valores reconhecidos no resultado de janeiro a dezembro	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Média de membros remunerados durante o exercício (*)	11,33	10,42	5	3,83	5,08	4,83
Remuneração fixa (**)	2.752	2.391	8.108	7.140	739	580
Salário ou pró-labore	2.398	2.092	5.982	3.608	616	483
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	897	506	n/a	n/a
Encargos	354	299	1.229	2.482	123	97
Provisões	n/a	n/a	n/a	544	n/a	n/a
Remuneração variável	n/a	n/a	6.086	5.918	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	4.464	3.275	n/a	n/a
Indenizações	n/a	n/a	22	1.695	n/a	n/a
Gratificação	n/a	n/a	1.600	948	n/a	n/a
Valor total da remuneração	2.752	2.391	14.194	13.058	739	580

(*) Inclui membros titulares e suplentes, sendo que os conselheiros fiscais suplentes recebem na substituição dos titulares. A média dos membros remunerados foi calculada mensalmente, excluindo os membros que abandonaram a remuneração. (**) O custo da remuneração fixa do conselho inclui o pró-labore e 20% de INSS Patronal.

Número de membros efetivos	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Número de membros efetivos	12	12	5	5	5	5
Número de membros suplentes	-	-	-	-	5	5
Maior remuneração individual no exercício (mensal)	21	20	354	449	12	10
Menor remuneração individual no exercício (mensal)	17	17	149	48	11	9
Remuneração individual média no exercício (mensal) (**)	21	20	237	218	14	10

(*) O valor foi calculado pela média dos membros remunerados. (**) O valor foi calculado pela média dos membros remunerados.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiador	Concessão	Data de assinatura	Tipo	Valor contratado/recebido	Vencimento final	Encargos financeiros anuais	31/12/2021			31/12/2020				
							Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Moeda estrangeira-USD														
Citibank - Contrato B (Repactuação)	Taesa	11/05/2018	Lei 4.131/62	350.000	10/05/2023	Libor + 0,34% a.a.	-	560.832	433	561.265	-	507.701	466	508.167
Moeda nacional-R\$														
BNDES FINAME	TSN	05/12/2012	CCB-subscrito A	20.250	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.	-	2.538	3	2.541	-	5.077	6	5.083
BNDES FINAME	TSN	20/06/2012	CCB-subscrito A	727	15/07/2022	Taxa fixa de 5,5% a.a.	-	53	-	53	-	144	-	144
BNDES FINAME	TSN	13/06/2013	CCB-subscrito A	30.458	15/06/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.	-	5.711	8	5.719	-	9.519	13	9.532
BNDES FINAME	Pate-sa	14/10/2014	CCB-subscrito A	430	15/08/2024	Taxa fixa de 6% a.a.	-	143	-	143	-	197	-	197
CCB-BRADESCO ¹	Taesa	13/04/2020	CCB	100.000	08/04/2021	CDI + 2,55005%	-	-	-	(150)	100.000	3.492	103.342	
CCB-CITIBANK ^{1b}	Taesa	15/04/2020	CCB	350.000	14/04/2022	CDI + 2,85000%	-	-	-	(1.274)	350.000	3.471	352.197	
							-	569.277	444	569.721	(1.424)	972.638	7.448	978.662
														112.893
														865.829
BNDES FINAME	SGT	04/12/2012	CCB-subscrito A	19.571	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.	-	2.446	3	2.449	-	4.894	5	4.899
						Taxa de fundos constitucionais (FC) a.m. pro-rata	(4.742)	59.243	3.074	57.575	(5.147)	62.749	2.861	60.463
							(4.742)	630.966	3.521	629.745	(6.571)	1.040.281	10.314	1.044.024
														15.672
														121.355
														922.669
														614.073
														629.745

¹ Empréstimo mensurado ao valor justo. ^{1b} Empréstimos mensurados ao custo amortizado. ² Contrato liquidado em 08 de abril de 2021 no valor total de R\$104.765. ³ Contrato liquidado em 21 de maio de 2021 no valor total de R\$352.000.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	1.044.024	424.952	978.662	417.605
(+) Aquisição	-	301.697	-	-
(+) Novas captações	-	446.218	-	447.522
(+) Juros, variação monetária e cambial	65.180	143.037	57.168	140.134
(-) Ajuste ao valor justo	9.049	(1.984)	9.049	(1.984)
(-) Amortização de principal	(462.443)	(250.891)	(456.490)	(6.490)
(-) Juros pagos	(26.179)	(19.005)	(18.668)	(18.125)
(+) Reversão de custos de empréstimos	108	-	-	-
Saldo final	629.745	1.044.024	569.721	978.662

Indexador	Parcelas vencíveis por indexador - Consolidado					
	Circulante	Não circulante		Total		
		2023	2024	2025	Após 2025	Subtotal
Taxa fixa	8.912	1.957	36	-	-	1.993
Libor + Dólar	433	560.832	-	-	-	560.832
IPCA	6.617	3.541	3.595	3.632	44.932	55.700
(-) Custo a amortizar	(290)	(278)	(278)	(278)	(4.452)	(4.742)
	15.672	566.052	3.353	3.354	41.314	614.073

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2021, as cláusulas restritivas foram cumpridas. As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap") contratados para proteção do serviço associado à dívida com Citibank, bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 18.

Emissões	Quantidade	Eventos de Pagamentos	Remuneração	Emissão/Vencimento	31/12/2021			31/12/2020		
					Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal
Moeda nacional-R\$										
Itaú BBA - 3ª Emissão 2ª Série (*) - Taesa	793.000	Juros em 15/10 de cada ano e amortização em 3 parcelas anuais, sendo o 1º venc. em 15/10/2018.	IPCA + 4,85%	15/10/2012 15/10/2020	-	-	-	-	(396)	(396)
Itaú BBA - 3ª Emissão 3ª Série (*) - Taesa	702.000	Juros em 15/10 de cada ano e amortização em 4 parcelas anuais, sendo o 1º venc. em 15/10/2021.	IPCA + 5,10%	15/10/2012 15/10/2024	(581)	908.586	9.555	917.560	(396)	1.097.342
Itaú BBA/BB/Santander - 4ª Emissão 1ª Série - Taesa	255.000	Juros em 15/09 de cada ano e amortização em 2 parcelas anuais, sendo o 1º venc. em 15/09/2023.	IPCA + 4,41%	15/09/2017 15/09/2024	(1.637)	320.411	4.086	322.860	(3.020)	289.255
BB/Safra/Bradesco - 5ª Emissão 1ª Série - Taesa	525.772	Juros em 15/07 de cada ano e amortização em 2 parcelas anuais, sendo o 1º venc. em 15/07/2024.	IPCA + 5,3526%	15/07/2018 15/07/2025	(6.430)	636.289	17.316	647.175	(8.879)	574.421
Santander-ABC-BB - 6ª Emissão 1ª Série - Taesa	850.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização única em 15/05/2026.	108% do CDI (**)	15/05/2019 15/05/2026	(9.121)	850.000	9.078	849.957	(9.881)	850.000
Santander/ABC/BB - 6ª Emissão 2ª Série - Taesa	210.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização semestral, sendo o 1º venc. em 15/05/2023.	IPCA + 5,50%	15/05/2019 15/05/2044	(9.121)	245.730	1.729	238.338	(9.881)	222.584
BTG/Santander/XP Investimentos - 7ª Emissão 1ª Série - Taesa	508.960	Juros em 15/09 e 15/03 de cada ano e amortização semestral, sendo o								



TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - TAESA

CNPJ nº 07.859.971/0001-30

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL - Lucro Real	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Empresas consolidadas - Lucro Presumido	108.412	68.229	-	-
Outros	(21.457)	(3.665)	(2.912)	(2.506)
Despesa de IRPJ e CSLL	(411.430)	(456.255)	(223.613)	(278.284)
Alíquota efetiva	16%	17%	9%	11%

Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE: A Companhia e suas controladas ATE III e Brasnorte possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. Tais benefícios possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

Concessão	Órgão Autorizativo	Laudo constitutivo	Localidade	Prazo
Controladora				
TSN	SUDENE	139/2014	BA e GO	31/12/2023
NVT	SUDAM	207/2014	TO, MA e DF	31/12/2023
GTE	SUDENE	143/2014	PB e PE	31/12/2023
MUN	SUDENE	138/2014	BA	31/12/2023
ATE II	SUDENE e SUDAM	38/2007 e 237/2017	TO, PI, MA e BA	31/12/2017 e 31/12/2026 (*)
PAT	SUDENE	100/2016	RN	31/12/2025
Controladas				
ATE III	SUDAM	222/2018	PA e TO	31/12/2027
BRAS	SUDAM	239/2018	MT	31/12/2027
MIR	SUDAM	(**)	TO	(**)

(*) Benefício aprovado pela SUDENE por meio do Laudo nº 0237/2017 e homologado pela Receita Federal. O benefício por parte da área incentivada pela SUDAM, aprovado pelo laudo 38/2007, está em fase de renovação. (**) Em 29 de novembro de 2019, a Taesa concluiu as últimas energizações do empreendimento Miracema, e atualmente se encontra em processo de elaboração do projeto para solicitação do laudo definitivo perante a SUDAM. Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de aproximadamente 56,26% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas. A Companhia e suas controladas não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas aos seus benefícios fiscais. Benefício Fiscal - NITE - Em 28 de dezembro de 2004, a NITE protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a Receita Federal do Brasil, com fundamento no Laudo Constitutivo nº 323/04, expedido pela SUDENE. O qual outorgou a concessionária o benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ pelo período de 2005 a 2013. Nos termos da legislação vigente, em razão do decurso do prazo de 120 dias contados da apresentação do requerimento, previsto no § 1º do artigo 6º da Instrução Normativa SRF nº 267/02, sem que a Receita Federal do Brasil tenha se manifestado acerca do pleito efetuado, a NITE obteve o reconhecimento tácito do direito à redução do IRPJ, passando a usufruir, legitimamente, do benefício fiscal a partir do ano-calendário 2005. Em 9 de julho de 2012, a NTE foi identificada, pela RFB, conforme Despacho Decisório nº 237/12, o qual declarou não ter formulado o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ protocolado pela NITE, entendendo que a apresentação da via original do Laudo Constitutivo seria condição imprescindível à análise da demanda, deliberando pela inépcia do pedido em face do não atendimento a essa exigência. Desde então, a Companhia vem utilizando os recursos cabíveis junto aos órgãos competentes. Com base nos argumentos e nas provas apresentadas, a Administração, por meio de seus assessores jurídicos externos, considera que o montante do benefício fiscal apurado até 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$64.988, foi adequadamente reconhecido, sendo remota a probabilidade de perda nas esferas administrativa e judicial. No que tange aos benefícios apurados a partir da data da ciência do referido despacho (9 de julho de 2012) até 31 de dezembro de 2013 (prazo de vigência deste benefício), a Companhia somente usufruirá de tal redução no valor de R\$14.308 após o desfecho do processo. Não houve atualizações para o processo até 31 de dezembro de 2021.

17. COBERTURAS DE SEGUROS

A Taesa e suas controladas adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis afetados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia e suas controladas mantêm apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques, e possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	DM - Valor em risco (*)	Indenização integral	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral	FATOR	20/09/21 a 19/09/22	10.000	-	-	61
Risco Operacional	Mapfre Seguros FAIRFAX	01/06/21 a 01/12/22	-	1.073.586	-	3.445
	Tokio Marine	06/03/21 a 05/03/22	-	80.921	-	203
Seguro Veículos - Frota	Sompo	19/07/21 a 18/07/22	-	-	100% Tabela FIPE	147
						167
Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores	EZZE	18/09/21 a 18/09/22	40.000	-	-	52

(*) DM - Danos materiais a terceiros - R\$500, danos corporais a terceiros - R\$500, acidentes pessoais - R\$5, e danos morais - R\$50. Seguro **garantia de fiel cumprimento**: As controladas JAN e SAN contrataram seguro de fiel cumprimento das obrigações decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Concessão	Leilão	Seguradora	Vigência	Valor segurado
JAN	13/2015 - 2ª etapa	Austral Seguradora S.A.	07/02/2014 a 06/11/2022	95.960
SAN	004/2018	Fator Seguradora S.A.	02/03/2019 a 17/12/2023	30.518

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Estrutura de gerenciamento de riscos: O gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, incluindo os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos. **18.2 Gestão do risco de capital:** A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos, debêntures e passivo de arrendamento, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e valores mobiliários, e patrimônio líquido. **18.3 Categorias de instrumentos financeiros:**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado:				
- Títulos e valores mobiliários	9.948	9.586	4.906	4.708
- Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	380.602	889.348	176.760	663.669
Custo amortizado:				
- Caixa e Bancos	4.222	6.683	3.011	1.263
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	233.401	210.013	168.668	176.308
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	939	4.126	-	2.617
	629.112	1.119.756	353.345	848.565

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivos financeiros				
Valor justo por meio do resultado:				
- Empréstimos e financiamentos	561.265	508.167	561.265	508.167
- Instrumentos financeiros derivativos	(207.267)	(157.169)	(207.267)	(157.169)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:				
- Instrumentos financeiros derivativos	33.679	47.061	33.679	47.061
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:				
- Fornecedores	131.622	85.086	43.702	36.858
- Empréstimos e financiamentos	68.480	535.857	8.456	470.495
- Debêntures	6.159.351	5.177.389	5.167.673	4.330.430
- Passivo de arrendamento	15.790	31.373	14.732	30.221
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	25.285	3.432	13.296	-
	6.788.205	6.231.196	5.635.536	5.266.063

18.4 Risco de mercado: **18.4.1 Gestão do risco de taxa de câmbio:** A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 3,46% (R\$561.265) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros e passivo de arrendamento) atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros (Libor). A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas. **18.4.2 Gestão do risco de taxa de juros:** A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos. A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas. Adicionalmente, a Companhia contrata diferentes swaps de taxas de juros, nos quais a Companhia concorda em tocar, em intervalos específicos, a diferença entre os valores das taxas de juros variáveis (CDI) calculados com base no valor do principal nacional acordado entre as partes. Esses swaps pretendem dar cobertura (hedge) às obrigações da debênture objeto do hedge. Em 31 de dezembro de 2021, depois de considerar o efeito dos swaps das taxas de juros, aproximadamente 74,63% das debêntures emitidas pelo Grupo estavam sujeitas à inflação + taxa prefixada. A dívida da Companhia está segregada por indexador nas notas explicativas nº 13.1 - Empréstimos e Financiamentos e nº 13.2 - Debêntures. **18.5 Atividades de Hedge accounting e instrumentos financeiros derivativos:** *Derivativos não designados como instrumentos de hedge:* A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de swaps na administração das suas exposições. Esses contratos de moeda a termo não são designados como hedges de fluxo de caixa, hedges de valor justo ou hedges de investimento líquido, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. A Companhia e suas controladas contratam em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio, como por exemplo o "swap" cambial sem caixa - US\$ versus CDI.

		"Swap" cambial Citibank - Reputação	
Valor de referência (nominal) em 31/12/2021			US\$ 98.592
Valor de referência (nominal) em 31/12/2020			US\$ 98.592
Direito de a empresa receber (ponta ativa)		(Libor 3 meses + Spread: 0,34%) - (ii)	1.17647
Obrigação da empresa pagar (ponta passiva)			106,0% CDI
Vencimento em			10/05/2023
Ponta ativa em 31/12/2021			561.265
Ponta passiva 31/12/2021			(353.998)
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2021 ⁽ⁱ⁾			207.267
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2020 ⁽ⁱⁱ⁾			157.169
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2021			207.267
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2020			157.169
Valor justo em 31/12/2021			207.267
Valor justo em 31/12/2020			157.169
Ganhos (perdas) 01/01/2021 a 31/12/2021			40.533
Ganhos (perdas) 01/01/2020 a 31/12/2020			110.319

(i) O fator 1,17647 representa o "gross up" do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros. (2) Ganho não realizado, registrados no balanço patrimonial da controladora e do consolidado, decorrentes dos swaps. As operações estão registradas em câmara de liquidação e custódia. Não existe nenhuma margem depositada em hedge de fluxo de caixa, hedges de valor justo ou hedges de investimento líquido, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. A Companhia e suas controladas contratam em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio, como por exemplo o "swap" cambial sem caixa - US\$ versus CDI.

Classificação do hedge	Objeto de hedge	Instrumento de hedge	Valor de referência	Indexador Passivo	Vencimento	Ganho (Perda) Outros resultados abrangentes 31/12/2021
Hedge de Fluxo de Caixa	Debênture indexada a 108% do CDI	Swaps	50.000	IPCA + 3,94%	15/05/2026	6.983
			50.000	IPCA + 3,91%	15/05/2026	6.946
			100.000	IPCA + 4,00%	15/05/2026	13.971
			50.000	IPCA + 3,53%	15/05/2026	8.796
			50.000	IPCA + 3,66%	15/05/2026	6.638
			100.000	IPCA + 3,99%	15/05/2026	13.880

Controladora e Consolidado						
Contrato	31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	31/12/2021
Contrato de SWAP (Citibank 4131) ¹	(157.169)		(31.484)	(9.049)	(9.565)	(207.267)
Contrato de SWAP (Santander) ²	15.460		16.936	-	(581)	11.297
Contrato de SWAP (BR Partners) ²	18.155		17.481	-	(20.917)	(850)
Contrato de SWAP (Itaú) ²	5.946		5.785	-	(6.983)	(266)
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil) ²	7.500		5.409	-	(8.796)	(82)
Controladora e Consolidado	(110.108)		14.127	(9.049)	(57.214)	(173.588)

Financiador	31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	Ajustes hedge accounting	(Pagamentos) Recebimentos	31/12/2020
Contrato de SWAP (Citibank 4131)	(43.907)	(112.295)	1.984	-	-	(2.951)	(157.169)
Contrato de SWAP (Santander)	128	7.523	-	7.832	826	(849)	15.460
Contrato de SWAP (BR Partners)	995	9.005	-	8.373	826	(1.044)	18.155
Contrato de SWAP (Itaú)	77	3.014	-	2.860	327	(332)	5.946
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil)	(129)	3.352	-	4.115	327	(165)	7.500
Controladora e Consolidado	(42.836)	(89.401)	1.984	23.180	2.306	(5.341)	(110.108)

¹ Instrumento financeiro derivativo e empréstimo mensurados ao valor justo. ² Instrumento financeiro mensurado ao valor justo e debênture ao custo amortizado. **18.6. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos:** A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do exercício deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir expressos em variado durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 31/12/2021 Anualizado
CDI (i)	11,75%	14,69%	17,63%	4,39%
IPCA (i)	5,44%	6,80%	8,16%	10,06%
Libor (ii)	0,3390%	0,4238%	0,5085%	0,2160%
PTAX	5,6000	7,0000	8,4000	5,5805

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório FOCUS - Mediana Agregado), em 04 de fevereiro de 2021. (ii) Conforme taxas divulgadas no "site" da Bloomberg em 04 de fevereiro de 2021.

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Saldo em 31/12/2021	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a dezembro de 2021 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Sem proteção				
Consolidado				
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
- CDI	390.550	28.745	40.217	51.689
Passivos financeiros				
Financiamentos e Debêntures				
- CDI	1.576.999	(116.109)	(162.433)	(208.758)
- IPCA	4.768.914	220.324	155.467	90.609
		132.960	33.251	(66.840)

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Saldo em 31/12/2021	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a dezembro de 2021 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Sem proteção				
Controladora				
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
- CDI	181.666	13.371	18.707	24.043
Passivos financeiros				
Financiamentos e Debêntures				
- CDI	1.576.999	(116.109)	(162.433)	(208.758)
- IPCA	3.672.619	169.615	119.727	69.780
		66.877	(73.999)	(114.935)
Com proteção				
Controladora e consolidado				
Passivos financeiros (dívida protegida)				
Empréstimos e financiamentos				
- Libor	561.265	(690)	(1.166)	(1.642)
- Dólar	561.265	(1.961)	(142.768)	(283.574)
Derivativos				
Ponta ativa - Libor	(561.265)	690	1.166	1.642
Ponta ativa - Dólar	(561.265)	1.961	142.768	283.574
Ponta passiva - CDI	353.998	(26.064)	(36.462)	(46.861)
Efeito líquido		(26.064)	(36.462)	(46.861)
Passivos financeiros				
Debêntures		</		



A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir: **Custos e despesas com serviços de terceiros** - Gastos com operação e manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação, vigilância e limpeza de faixa de serviço, despesas com consultorias administrativa e jurídica, serviços gráficos, manutenção de propriedades, transporte, comunicação, manutenção de veículos, viagens e auditoria. **Custos e despesas com materiais** - Gastos relacionados à construção, operação e manutenção das linhas e subestações de transmissão. **Outros custos e despesas operacionais** - Gastos com alugueis, seguros, despesas com taxas e contribuições, material de consumo, ganhos na alienação de bens, baixa de ativo da concessão SPT, indenizações, patrocínios e compensação ambiental.

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Rendimentos de aplicações financeiras	34.283	38.813	23.645	24.213
Receitas financeiras	34.283	38.813	23.645	24.213
Empréstimos e financiamentos				
- Juros incorridos	(21.100)	(28.079)	(13.088)	(25.176)
- Variação cambial	(44.080)	(114.958)	(44.080)	(114.958)
- Ajuste ao valor justo	(9.049)	1.984	(9.049)	1.984
	(74.229)	(141.053)	(66.217)	(138.150)
Debitivos				
- Juros incorridos	(340.824)	(270.217)	(284.892)	(225.338)
- Variações monetárias	(410.027)	(175.616)	(321.436)	(137.553)
	(750.851)	(445.833)	(606.328)	(362.891)
Instrumentos financeiros derivativos				
- Juros incorridos	(58.207)	(25.557)	(58.207)	(25.557)
- Variação cambial	44.080	114.958	44.080	114.958
- Ajuste ao valor justo	9.049	(1.984)	9.049	(1.984)
	(5.078)	87.417	(5.078)	87.417
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(830.158)	(499.468)	(677.623)	(413.624)
Arendamento Mercantil	(2.633)	(2,67)	(2,53)	(2,56)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	(11.601)	(12.170)	(6.277)	(9.419)
Despesas financeiras	(844.392)	(514.336)	(686.435)	(425.607)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(810.109)	(475.523)	(662.790)	(401.394)

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Juros incorridos	(420.131)	(323.853)	(356.187)	(276.071)
Variação monetária	(410.027)	(175.616)	(321.436)	(137.553)
	(830.158)	(499.468)	(677.623)	(413.624)

23. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia e suas controladas ATE III, MIR, JAN, BRAS, SAN, SIT, SPT e LNT passaram a ser patrocinadoras. As aprovações na PREVIC foram publicadas em Diário Oficial nos dias 27 de março de 2012 (Taesa, ATE III, MIR, JAN e O2 de agosto de 2021 (BRAS SAN, SIT, SPT e LNT). Em 31 de dezembro de 2021, 72,68% do quadro efetivo de empregados da Companhia e de suas controladas participavam do Plano Taesaprev (75% em 31 de dezembro de 2020). A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia. A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita a legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 12.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

Operação e manutenção	Concessões
Realizada com recursos próprios	Taesa (TSN, MUN, GTE, PAT, NVT, ETEO, STE, ATE, ATE II, NTE), ATE III, BRAS, JAN, LNT, MIR, SIT e SPT (manutenção), ETAU (manutenção da LT e da SE de Barra Grande e SE Campos Novos), ETEP (somente a manutenção da linha de transmissão), ECIE, ERTE (manutenção da LT e da SE de Castanhal e operação de toda a concessão), STC, LUMITRANS, EBTE, EATE (manutenção das LT's e da SE de Apalândia), ENTE (Manutenção e operação de toda a concessão desde 20/12/2020), ETSE, EDTE.
Realizada pela Taesa	ATE III, BRAS, JAN, LNT, MIR, SIT e SPT (operação e a manutenção emergenciais e especiais), e ETAU (operação e a manutenção emergenciais e especiais da LT e da SE de Barra Grande e SE Campos Novos)
Realizada pela Eletrobrute	EATE (operação de toda a concessão e manutenção das SE's, exceto SE de Apalândia), ETEP (manutenção das subestações de Tucuruí e Vila do Conde de toda concessão) e ERTE (manutenção de Vila do Conde e Santa Maria).
Realizada pela CEEE-GT	ETAU (operação e manutenção da LT e da SE Lagoa Vermelha e SE Santa Marta)
Realizada pela CEMIG GT	ESDE, SGT, MAR, Transtele, Transirapé e Transudeste (SE Juiç de Fora 1 e LT)
Realizada por Furnas	Transudeste (SE Itutinga)

Aspectos ambientais: As obrigações de execução de projetos de compensação ambiental estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável. As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar". A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas à Companhia e suas controladas						
Empresa	Trecho	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	
Taesa (NVT)	Samambaia/DF – Imperatriz/MA	384/2004	06/09/2011	06/09/2021	IBAMA	(a)
Taesa (TSN)	Serra da Mesa/GO – Sapeçu/BA	287/2002	27/08/2018	27/08/2028	IBAMA	
Taesa (MUN)	Camagari II – Sapeçu	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	IMA	(b)
Taesa (GTE)	Goiânia - Músuri	339/2003	26/06/2015	26/06/2025	IBAMA	
	SE Norli	742/2019	01/04/2019	30/03/2024		
Taesa (PAT)	Paraisópolis	2018-130625/TEC/RL0-1289	05/06/2020	05/06/2026	IDEMA	(d)
Taesa (ETED)	Taquaraçu – Sumaré	00026/2008	13/06/2008	13/06/2014	CETESB	(c)
Taesa (NTE)	Ângelim – Campina Grande	349/2003	23/12/2015	23/12/2025	IBAMA	
	Xingó – Ângelim	350/2003	23/12/2015	23/12/2025		
Taesa (ATE)	Londrina – Araraquara	492/2005	29/02/2012	29/02/2022		
Taesa (STE)	Unguaialana – Santa Rosa	08827/2019	26/11/2019	31/03/2022	FEPAM	(g)
Taesa (ATE II)	Colinas – Sobradinho	579/2006	01/02/2016	01/02/2026	IBAMA	
	Itacaiunas – Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	IBAMA	(a)
ATE III	Marabá – Carajás	10275/2016	28/12/2016	17/12/2021	SEMAS/PA	(h)
	SE Palmas	3359/2019	11/07/2019	11/07/2024		
MIR	SE Miracema	3523/2019	16/07/2019	16/07/2024		
	Lajeado – Palmas	4149/2019	07/08/2019	07/08/2029	NATURATINS	
	SE Lajeado	4174/2019	08/08/2019	08/08/2024		
	Miracema – Lajeado	5297/2019	02/09/2019	02/09/2029		
MAR	Itabrito II – Vespasiano II	160/2018	24/01/2019	21/12/2028	OPAM	
SPT	LT 230 SE Barreira II, SE Rio Grande II - Barreiras/São Desidério	10707/2017	06/11/2015	06/11/2020	INEMA	(b)
	LT 230 SE Gilbuês, SE Bom Jesus, SE Eliseu Martins – PI	382/2016	16/06/2016	16/06/2020	SEMAR-PI	(f)
SIT	LT 500 SE Gilbuês II – SE São João do Piauí	381/2016	16/06/2016	16/06/2020	SEMAR-PI	(f)
LNT	LT Currais Novos II – Lagoa Nova II	111138/2017	08/12/2017	08/12/2023	IDEMA	(e)
	SE Currais Novos II	129600/2018	28/12/2018	28/12/2024		
BRA	Brasnorle – Nova Mutum	324072/2021	14/04/2021	13/04/2026	SEMAT/MT	
BRA	Juba – Jauru	312086/2015	07/10/2021	06/10/2026	SEMAT/MT	
JAN	LT 500 KV Bom Jesus da Lapa 2 – Janaúba 3 – Pirapora 2	1623/2021	31/08/2021	31/08/2031	IBAMA	

(a) Renovação solicitada ao IBAMA e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97); (b) Instituto do Meio Ambiente – IMA do Estado da Bahia (Decreto nº 11.235/08), isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação; (c) Renovação solicitada à CETESB e válida até a sua manifestação; (d) A antiga licença nº 2014-072326 TECLS 0062 referente ao Seccionamento Paraisópolis-Açu Lagoa Nova II, cuja validade era de 19/08/2020 foi unificada na recente renovação de licença da Paraisópolis-Açu; (e) Licença simplificada; (f) Renovação solicitada à SEMAR/PI e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97); (g) Renovação solicitada à FEPAM/RS, temporariamente; (h) Renovação solicitada temporariamente à SEMAS/PA.

Licenças expedidas às controladas, controladas em conjunto e coligadas em construção					
Empresa	Trecho	Licença de Instalação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor
SAN	LT 230KV Livramento 3 / Santa Maria 3	417/2020	11/11/2020	11/11/2025	FEPAM
	LT 230KV Livramento 3 / Alegrete 2	140/2020	08/04/2020	08/04/2025	FEPAM
	SE Maçambará 3	147/2019	17/10/2019	18/10/2024	FEPAM
	SE Livramento 3	152/2019	18/10/2019	21/10/2024	FEPAM
Paraguagu	LT 500 KV Poções 3 – Padre Paraisópolis 2 C 2	1287/2019	07/05/2019	31/12/2021	IBAMA (a)
	LT 500 KV Padre Paraisópolis 2 – Governador Valadares 6 C2	1284/2019	18/04/2019	18/10/2021	IBAMA (a)
Aimorés	LT 230 KV Sarandi – Paranavai Norte CD	23606/2019	18/06/2019	18/06/2023	IAP
	SE 230V/138V - Paranavai Norte	23563/2019	01/05/2019	01/05/2023	IAP
	SE Sarandinha 525kV	23550/2019	11/04/2019	11/04/2023	IAP
	SE Landrini 525kV	23634/2019	05/08/2019	05/08/2023	IAP
Ivai	SE Guairá 525kV/230kV	23649/2019	20/08/2019	20/08/2021	IAP (b)
	SE Foz do Iguaçu 525kV	23636/2019	06/08/2019	06/08/2023	IAP (c)
	LT 525kV Guairá – Sarandi – CD	23754/2019	20/12/2019	20/12/2021	IAP (c)
	LT 525kV Foz do Iguaçu – Guairá	23737/2019	09/12/2019	09/12/2021	IAP (d)
	LT 525kV Sarandi – Londrina	23648/2019	20/08/2019	20/08/2023	IAP
ESTE	LT 500 KV SE Mesquita – SE João Neiva 2	1316/2019	15/10/2019	15/10/2023	IBAMA

(a) Solicitação de Licença de Operação feita em 08/07/21. (b) Solicitação de Licença de Operação feita em 30/06/21. (c) Solicitação de Licença de Operação feita em 13/12/21. (d) Solicitação de Licença de Operação feita em 03/12/21.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA Rio de Janeiro – RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Este assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre este assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a este principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo de construção:** Conforme divulgado na nota explicativa 2.4, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$5.376.419 mil e R\$11.120.418 mil, para a controladora e consolidado, respectivamente. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfazida ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou recursos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificadas e as projeções das incertezas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato da concessão e a receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado à taxa de juros aplicável que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) em apoio de profissionais especializados em avaliação de projetos de construção; (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de bens materiais ou cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos na obra para o desvio; e (c) caso aplicável, verificação de índices de prevenção dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (i) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vi) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizado no modelo ou o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (x) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o ativo de contrato, identificamos ajustes de auditoria indicando a necessidade de complemento de ativo de contrato e correção monetária de ativo de contrato, sendo estes ajustes não registrados pela diretoria tendo em vista sua materialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos, que estão mencionadas na nota 6 às demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão concilia-

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - TAESA
CNPJ nº 07.859.971/0001-30

COVID-19 – O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Taesa. Desde então, a Companhia vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo, as pessoas, e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento: **Proteção da saúde dos colaboradores:** • Adoção de medidas para resguardar nosso maior ativo, as pessoas, e garantir a continuidade das nossas operações; • Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre o novo coronavírus; • Retorno gradual às atividades em modelo híbrido, intercalando presencial com *home office* e mantendo todos os protocolos de segurança e saúde necessários; • Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19; • Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de suas famílias; • Vacinação contra a gripe influenza para todos; • Reforço na comunicação sobre a importância do atendimento às medidas de proteção e cuidado (Campanha "Eu cuido de você e você cuida de mim"); • Incentivos à imunização completa: 99,59% do quadro de funcionários atualmente com as 2 doses ou 1 dose de Janssen e reforçando a importância da dose de reforço; • Reforço de informações sobre os cuidados preventivos que devem continuar no pós vacina. **Continuidade das operações e dos empreendimentos em construção:** • Criação do Comitê de Superação e do Comitê de Gestão de Fornecedores; • Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico; • Manutenção dos altos índices de disponibilidade (99,86% em 2021); • Todas as obras dos empreendimentos em construção estão em andamento; • A Companhia continua trabalhando na busca do cumprimento do cronograma de entrega dos projetos; • Manutenção dos investimentos nos empreendimentos em construção – R\$ 2,5 bilhões investidos entre 2020 e 2021. **Preservação da saúde financeira da Companhia:** • Manutenção de posição de liquidez confortável; • Adequado perfil de dívida com custos baixos e prazos alongados; • A mais alta nota de risco de crédito junto às agências Moody's e Fitch (AAA na Escala Nacional); • 100% dos recursos para financiar os projetos em construção foram captados; • Consistente geração operacional de caixa, com manutenção dos baixos níveis de inadimplência históricos da Companhia; • Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas; • Monitoramento contínuo da inadimplência e dos efeitos da crise no setor elétrico. **Empreendimento Ananai** – Em 17 de dezembro de 2021, a Companhia arrematou o Lote 01 do Leilão 002/2021, de 363 Km de linhas de transmissão de 500 kV, nos estados de São Paulo e Paraná. O novo empreendimento chamado Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("ANAI"), terá RAP de R\$129.900, CAPEX ANEEL de R\$1.750.054, prazo de concessão de 30 anos e prazo para construção ANEEL de 60 meses, ambos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão prevista para março de 2022. **Reconhecimento de excludente de responsabilidade por atraso na entrada em operação comercial da LT habitito 2 – Vespasiano 2 – MAR** – Através do Despacho ANEEL nº 3.257/2021 publicado no D.O. em 28 de outubro de 2021, a ANEEL, deliberou sobre os pedidos apresentados pela MAR. A Diretoria Colegiada da ANEEL reconheceu 883 dias de recomposição contratual em favor da MAR, prorrogando o prazo do Contrato de Concessão nº 011/2014, formalizado através da celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, em 20 de janeiro de 2022. Pela parcela de atraso imputada à MAR, foi aplicado um desconto de R\$2.011 na RAP, por meio de Parcela Variável por Atraso (PVA). Este valor foi descontado em 18 parcelas mensais, sendo liquidado em janeiro de 2022. Ademais, foi emitida uma Multa Administrativa no montante de R\$4.774. Em sede de procedimento administrativo, a MAR requereu junto à Superintendência de Administração e Finanças (SAF/ANEEL), o desconto de 25% (R\$1.194) sobre o valor total da multa, utilizando-se dos benefícios trazidos pela REN nº 846/2019 (Penalidades), o que foi atendido pela Superintendência. A Procuradoria Federal da ANEEL (PF), por meio do Parecer nº 00370/2021/PF/ANEEL/PGF/AGU), se manifestou no sentido de que, alinhado ao aspecto finalístico do art. 38, em seu § 2º, da REN n. 846/2019, entende-se pela incidência da redução no valor da multa. Através do Memorando nº 360/2021-SAF/ANEEL, a SAF/ANEEL comunicou a Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição (SCT/ANEEL) sobre a quitação da multa por o consequente arquivamento do processo. **Demonstração Contábil Regulatória – DCR** - A demonstração contábil regulatória, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, será disponibilizada no site eletrônico da Companhia até 30 de abril de 2022, conforme determinado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Renúncia de membro do Conselho de Administração - Em 24 de janeiro de 2022, o Sr. Bernardo Vargas Gibson renunciou ao cargo de conselheiro de administração da Companhia.
Pagamento de juros e amortização da 1ª emissão de debêntures da JAN – Em 17 de janeiro de 2022 a JAN pagou aos debenturistas o montante de R\$1.333, sendo R\$36.409 de juros e R\$14.724 de amortização.
11ª emissão de Debêntures - Em 15 de janeiro de 2022 a Companhia emitiu 800.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quicquidária, para distribuição pública, em duas séries, não atualizadas monetariamente.

	1ª Série	2ª Série
Volume	150.000	650.000
Prazo	3 anos	5 anos
Juros	semestral (sem carência)	semestral (sem carência)
Amortização	anual (2º e 3º anos)	anual (3º, 4º e 5º anos)
Remuneração	CDI + 1,18% a.a.	CDI + 1,36% a.a.

Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") em controlada e aumento de capital controladas em conjunto:

Investida	Data do pagamento	Data da aprovação	Órgão aprovador	Montante
Ananai - AFAC	05/01/2022	03/01/2022	AGE	5.000
Aimorés – aumento de capital				